



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARCIO MOSIEL DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**O CARÁTER EDUCATIVO DO CDVDH/CB NO ENFRENTAMENTO AO
TRABALHO ESCRAVO**

Belém-PA
2017

MARCIO MOSIEL DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**O CARÁTER EDUCATIVO DO CDVDH/CB NO ENFRENTAMENTO AO
TRABALHO ESCRAVO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof.º Dr. Cezar Luís Seibt.

Belém-PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
UFPA – Biblioteca Central

Oliveira, Marcio Mosiel do Nascimento

O caráter educativo do CDVDH/CB no enfrentamento ao trabalho escravo /
Marcio Mosiel do Nascimento Oliveira. Belém, 2017.
90 f.

Orientador: Cezar Luís Seibt

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências
da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

1. Trabalho escravo – Açailândia-MA. 2. Direitos humanos. 3. Educação.
I. Título.

CDD - 23. ed. 331.11734098121

MARCIO MOSIEL DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**O CARÁTER EDUCATIVO DO CDVDH/CB NO ENFRENTAMENTO AO
TRABALHO ESCRAVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 25 / 04 / 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cezar Luís Seibt
Orientador – UFPA

Prof. Dr. Damião Bezerra Oliveira
Examinador Interno – UFPA

Prof. Dr. Rogério José Schuck
Examinador Externo – UNIVATES

Prof^a. Dr^a. Gilcilene Dias da Costa
Suplente de Avaliador Interno – UFPA

In memoriam a Dorothy Stang, Chico Mendes e Pe. Josimo Tavares e a todos os homens e mulheres que lutam contra a lógica do capital no solo amazônico.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, em especial a minha mãe Maria das Graças, mulher forte e companheira, sempre comigo em todos os momentos. Foi olhando sua luta diária que tive as maiores lições da minha vida.

Ao meu filho Marcos Mosiel, que sempre me anima no dia a dia, ao meu irmão querido Magno Marciete, sempre me incentivando, a minha madrinha Maria do Amparo, uma grande companheira.

Ao amigo Fagno Soares, docente e pesquisador do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA Campus Açailândia, as discussões a respeito das pesquisas que vem realizando sobre o trabalho escravo contemporâneo foram fundamentais para elaboração da presente proposta de trabalho.

Ao amigo Cleumir Leal, que me acolheu em Belém, quando da minha chegada e já cursava o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFPA.

Ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA Campus Imperatriz, aos meus companheiros de trabalho, com quem compartilho os sabores do processo educativo. Em especial à amiga Izaura Silva, com quem a convivência tem me garantido ricos momentos de aprendizagem, ao amigo André Lima, pela leitura e contribuições no meu trabalho e ao Ernane de Jesus pelas contribuições dadas durante o curso de Mestrado.

Aos professores do Programa de Mestrado e Doutorado de Educação da UFPA, meu muito obrigado pelos ricos momentos de aprendizagem compartilhados até aqui, em especial aos docentes: Cezar Seibt, Olgaíses Maués e Benedito Ferreira.

Aos amigos e às amigas que estiveram enriquecendo nossos momentos de aprendizagem, as trocas valiosas de experiências e debates durante as disciplinas, reservo um carinho especial a Ivys Alcântara e Tayanne Cid.

Aos amigos do grupo de estudos de hermenêutica, antropologia e educação, foram ricas tardes de discussões.

Aos militantes que fazem do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB uma instituição que tem em sua missão

institucional a defesa dos mais fragilizados. Dos que fazem o CDVDH/CB, destaco meu agradecimento especial a Fabrícia Carvalho, que contribuiu imensamente para que esse trabalho pudesse ser realizado.

Ao Dom Pedro Casaldáliga que, com coragem e determinação, na década de 70, denunciou ao Brasil e ao mundo a existência do trabalho escravo na Amazônia.

Aos educadores populares que enchem de significados e vida suas práticas pedagógicas.

Aos professores Damião Bezerra de Oliveira - UFPA e Rogério José Schuck - PPGE - UNIVATES, obrigado por aceitarem fazerem parte da banca examinadora deste trabalho.

Ao estimado professor e orientador Cezar Luís Seibt, pela confiança e rica orientação durante o trabalho.

Pelos caminhos da América, bandeiras de
um novo tempo, vão semeando no vento,
frases teimosas de paz.

Lá na mais alta montanha, há um pau
d'arco florido, um guerrilheiro querido que
foi buscar o amanhã!

Pelos caminhos da América, há um índio
tocando flauta, recusando a velha pauta
que o sistema lhe impôs.

No violão, um menino, um negro toca
tambores, há sobre a mesa umas flores,
pra festa que vem depois!

Zé Vicente.

RESUMO

Esta dissertação desenvolve um estudo sobre a educação trabalhada no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB. O objetivo geral do trabalho foi analisar o caráter educativo do CDVDH/CB presente em suas ações no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, na cidade de Açailândia-MA. Os objetivos específicos foram os seguintes: a) verificar como ocorrem as parcerias com outras instituições para o desenvolvimento das ações educacionais de enfrentamento ao trabalho escravo; b) avaliar como acontece a formação dos educadores e lideranças que atuam no CDVDH/CB c) compreender a metodologia do CDVDH/CB a partir de suas ações. Foram estudadas as seguintes categorias: trabalho, trabalho escravo contemporâneo, educação não formal e direitos humanos. A metodologia deste trabalho baseou-se na modalidade de pesquisa analítica de natureza qualitativa. Na busca dos dados, recorremos aos seguintes instrumentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada. Para contextualização da problemática do trabalho escravo contemporâneo e o espaço geográfico da Amazônia Oriental, onde ele tem grande incidência, localidade de atuação do CDVDH/CB, buscamos aporte teórico no materialismo histórico-dialético marxista. Defrontando-nos com as entrevistas, podemos conhecer a forma como são trabalhadas as ações educativas, as parcerias, a formação de educadores e a metodologia do CDVDH/CB e, a partir daí, conhecer o seu caráter educativo. Diante do estudo, foi possível perceber o envolvimento dos que fazem o CDVDH/CB, além de conhecer as particularidades da educação desenvolvida no movimento social.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Trabalho Escravo Contemporâneo, Educação, CDVDH/CB.

ABSTRACT

This Dissertation develops a study about education performed in Center of the Defense of Life and Human Rights Carmen Bascarán (in Portuguese, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos - CDVDH/CB). The general goal of the study was to analyze the educational features of the CDVDH/CB present in its actions in confrontation with contemporary slave labor, in Açailândia city, state of Maranhão, Brazil. The specific goals were: a) verifying how the partnerships with other institutions occur for the development of educational actions to confront to the slave labor; b) evaluating how the educators' formation occurs and the leaderships that preside in CDVDH/CB; c) understanding the methodology of CDVDH/CB from their actions. We study the following categories: labor, contemporary slave labor, non-formal education and human rights. The methodology of this paper was based on the model of qualitative analysis research. In search of data, we appealed the following methodological instruments: bibliographical research, documental research and semi-structured interview. In order to contextualize the contemporary slave labor problem and the geographic space of Eastern Amazon, where it has a great incidence, local of CDVDH/CB, we seek theoretical support in Marxist historical-dialectical materialism. When we confront the interviews, we can know how the educational actions are worked, the partnerships, the educators' formation and the methodology of CDVDH/CB and, then, to know its educational features. Before the study, it was possible to perceive the involvement of those who make the CDVDH / CB, besides knowing the particularities of the education developed in the social movement.

Keywords: Human Rights, Contemporary Slave Labor, Education, CDVDH/CB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDVDH/BJJS – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Bom Jesus das Selvas
CDVDH/CB – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran
CDVR – Companhia Vale do Rio Doce
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPB – Código Penal Brasileiro
CODIGMA – Cooperativa de Produção de Artefatos de Origem Vegetal, Mineral e Recicláveis
CONATRAE – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EPI – Equipamento de Proteção Individual
GPC – Grande Projeto Carajás
GPTEC – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIN – Plano de Integração Nacional
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UDR – União Democrática Ruralista
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Delimitação do Tema e a Justificativa do Estudo	11
1.2	Objeto de Estudo e os Objetivos.....	21
1.3	O Percorso Metodológico e a Estrutura da Pesquisa.....	22
2	O UNIVERSO DA PESQUISA E SUAS CATEGORIAS.....	25
2.1	O Trabalho	25
2.2	O Trabalho Escravo Contemporâneo	26
2.3	O conceito de trabalho escravo contemporâneo na legislação brasileira	31
2.4	A Educação Não Formal e a Relação Educação e Movimentos Sociais	34
2.5	Algumas considerações sobre Direitos Humanos	39
3	AMAZÔNIA ORIENTAL, GRANDES PROJETOS, INTEGRAÇÃO REGIONAL E A BUSCA POR TRABALHO	41
3.1	A Amazônia Oriental e suas diferentes vocações econômicas.....	41
3.2	Grandes projetos e a Amazônia Oriental Maranhense	44
3.3	Há vagas, as diásporas na busca do trabalho	46
3.4	Amazônia Oriental: um espaço de contradições	48
4	POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO E A CRIAÇÃO DO CDVDH/CB	53
4.1	A política de enfrentamento.....	53
4.2	O Surgimento do CDVDH/CB	56
5	O CDVDH/CB E AS AÇÕES EDUCATIVAS	59
5.1	A atuação do CDVDH/CB.....	60
5.2	As ações educativas	67
5.2.1	As Parcerias	69
5.2.2	Os Educadores	71
5.2.3	A Metodologia	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICES	87

1ª SEÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Esta seção tem o objetivo de apresentar o universo do estudo que abrange o Trabalho Escravo Contemporâneo e a educação não escolarizada, neste caso, as ações promovidas pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán. Apresentaremos sua delimitação, o objeto de estudo, a justificativa, os objetivos, o tipo de estudo e o percurso metodológico.

1.1 Delimitação do Tema e a Justificativa do Estudo

Realizar um estudo sobre o caráter educativo do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos/Carmen Bascarán – CDVDHA/CB¹ no enfrentamento do trabalho escravo é permitir-nos dialogar com dois fenômenos que estão entrelaçados no trabalho, a saber: a prática da escravidão contemporânea e a educação dos movimentos sociais. Aqui, trataremos como essa educação acontece, principalmente fora do ambiente escolar, uma proposta que não é possível de ser desenvolvida sem um olhar interdisciplinar.

Em torno do problema do trabalho escravo contemporâneo circundam diversas reflexões. Pesquisadores de diferentes áreas, como a antropológica, a política, a econômica, a cultural, a histórica, a educacional, a geográfica, a da literatura de gênero, a jurídica e outros distintos estudos sobre a temática têm-se realizado, embora o aspecto educacional tenha sido pouco abordado. Apesar de campanhas educativas e preventivas estarem presentes nas políticas de enfrentamento, seja por parte do poder público ou de Organizações Não governamentais – ONG, a abordagem educacional tem grande destaque, sua ausência deixa o trabalhador vulnerável à cadeia de ações que cerca a prática do trabalho escravo, seja no momento do aliciamento, sem saber da existência da prática, na busca de seus direitos ou no momento de denunciar o crime.

¹ Daqui em diante sempre assim.

O aspecto do conhecimento está sempre presente, principalmente para o trabalhador explorado, geralmente desconhecedor de seus direitos, da forma como se opera o aliciamento e a logística de exploração e, conseqüentemente, desconhece os meios de exigir seus direitos. O nosso estudo buscou avaliar a contribuição de uma organização não-governamental, da educação não formal, fora do ambiente escolar, promovida pelo CDVDH/CB no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, alertando e tornando os sujeitos que são público alvo de suas ações menos vulneráveis, com suas autoestimas fortalecidas e conhecedores das constantes violações e das formas com que elas acontecem na região de atuação do CDVDH/CB. Embora tenha acentuada atuação no município de Açaílândia, a organização goza de reconhecimento na Amazônia Oriental. No que tange ao aspecto educacional, conhecer e analisar os sujeitos das ações educativas desenvolvidas pelo Centro é o foco de nosso trabalho.

A escravidão, em nossos dias, é resultado de uma conjuntura movida pela pauperização e superexploração da classe trabalhadora e pela miséria que ainda afeta significativo número da população brasileira. Referindo-se ao trabalho em carvoarias, considerando a demanda por carvão em decorrência da existência de polos siderúrgico na Amazônia Oriental, essa atividade tem marcante incidência nas denúncias e resgate de trabalhadores. Carneiro afirma o seguinte:

A discussão realizada sobre as diversas modalidades de trabalho precarizado na Amazônia, dentre as quais o trabalho em carvoarias assume papel proeminente, com poucas exceções, tem colocado a questão das relações de trabalho em termos de determinações estruturais que colocam os trabalhadores em redes de dominação e exploração. (CARNEIRO, 2013, p.133)

A ausência de alternativas de ocupações dignas para esse contingente de trabalhadores que, na maioria das vezes, tem associado a isso a falta de formação profissional, informações sobre direitos trabalhistas, e a ineficácia do Estado em oferecer uma rede de proteção ao trabalhador, falta de fiscalização, tornam as vidas muito difíceis dos homens e mulheres que rumam em busca de ocupação. Diante da falta de capacitação que deixa trabalhadores sem condições de ocuparem os postos de trabalho existentes nas cidades, esses seguem em diásporas em busca de emprego. Nessa procura, o trabalhador se depara com condições novas de trabalho, é sujeito vulnerável para ingressar em frentes de serviços no campo e na cidade. Muitos são recrutados nas periferias e acabam aceitando condições precárias e

humilhantes, nas quais sua dignidade e liberdade são atacadas por aliciadores, “gatos”² e patrões.

A escravidão, enquanto prática legal, acabou há mais de um século, entretanto, seus resquícios ainda são fortes em alguns estados brasileiros que ainda relatam trabalhos análogos à escravidão. Cientistas sociais desenvolvem importantes análises geográficas do trabalho forçado, caracterizando a escravidão contemporânea, relatando que as origens e as formas do cerceamento de liberdade dos trabalhadores são diversas, segundo Figueira (2004), indo desde o isolamento geográfico até comportamentos ameaçadores dos empregadores. São estes aspectos agregados às situações de vulnerabilidade que conduzem os trabalhadores a serem alvos fáceis para a mão de obra escrava.

A emancipação dos escravos afrodescendentes no Brasil é cheia de limitações, uma vez que a “liberdade” foi forjada, uma imposição externa no século XIX. Logo após a assinatura da Lei Áurea, os escravos foram jogados, largados sem qualquer atenção do Estado. As políticas de combate à escravidão contemporânea são recentes, visto que necessitou inicialmente de um reconhecimento de que esta situação degradante ainda persiste no Brasil. Sakamoto (2006) relata que a primeira denúncia pública foi apenas em 1971, quando o problema do trabalho escravo foi exposto publicamente através da Carta Pastoral Terra de D. Pedro Casaldáliga, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia no Estado do Mato Grosso, religioso católico defensor dos direitos humanos na região amazônica. A partir desta e de outras denúncias é que o estado brasileiro não pôde mais negar o labor escravista no território nacional.

Em torno do trabalho escravo existe um universo, espaços, poderes, legislação, punições, a relação público e privado, migrações, políticas de enfrentamento, Organizações Não Governamentais - ONGs e outros. Quanto ao espaço, optamos pela ocorrência dessa modalidade de trabalho no ambiente rural, a ocorrência dessa prática vivenciada com maior incidência na pecuária, carvoarias, colheitas ou no “roço da juquirá”. Essa população do meio rural carece de mais informação, principalmente quando analisamos os indicadores educacionais. É

² Trazemos essa reflexão para entender o papel do “gato” na escravidão de hoje, com dupla função do capitão-do-mato e feitor. Na escravidão colonial, o senhor ia ao mercado comprar as “peças da Índia”; nos dias de hoje, os gatos são empreiteiros do serviço, da tarefa a ser cumprida, e quase sempre são eles quem contratam e acertam as contas (ou as “dividas”) dos trabalhadores (CDVDH/CB, 2011, p. 42).

preciso destacar que o Maranhão tem um número considerável da população no campo e que é a região onde o Centro tem forte atuação. Por falta de possibilidades de trabalho, um quantitativo elevado de trabalhadores são aliciados para a prática do trabalho escravo. Conforme a OIT:

A elevada contribuição da Região Nordeste estava ancorada na concentração de maranhenses: 41,2% dos trabalhadores entrevistados na pesquisa de campo nasceram no estado do Maranhão. Isoladamente, o Maranhão contribuiu com praticamente o mesmo contingente fornecido pelos naturais dos estados da Bahia (18,2%), Paraíba (8,2%) Tocantins (5,0%), Piauí (5,0%) e Mato Grosso (5,0%) juntos. (OIT, 2010, p.63)

A prática do trabalho escravo e de distintas formas de exploração estão relacionadas à busca pela maximização dos ganhos, principalmente nas atividades relacionadas ao agronegócio, reduzindo custos da produção e expandindo o poder de concorrer com outros fazendeiros. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT³, as atividades da: pecuária, cana-de-açúcar, produção de carvão vegetal e outras lavouras correspondem, juntas, a um total de 87% dos trabalhadores resgatados entre os anos de 2003 a 2011. (CPT, 2012, p.5)

Importante mencionar a significativa presença do trabalho escravo na área urbana com ênfase na indústria têxtil e na construção civil. As grandes grifes terceirizam a confecção de roupas em oficinas de costura, onde os trabalhadores vivem sob condições degradantes em alojamentos, cumprem jornadas exaustivas e, em alguns, casos ainda são submetidos à servidão por dívida. Essas situações constam no artigo 149 do Código Penal Brasileiro como suficientes para configurar o crime de redução a situação análoga de escravo. Parte significativa desses trabalhadores são bolivianos, haitianos, africanos e de outras nacionalidades, quase sempre no país de forma irregular, situação que os deixam vulneráveis em relação aos seus empregadores. O medo de serem descobertos e extraditados para seus países de origem inibe as denúncias às autoridades públicas.

Nesse contexto de exploração da classe trabalhadora, existe uma estreita relação entre terceirização, superexploração dos trabalhadores e trabalho escravo. Nas últimas décadas, a terceirização e o trabalho escravo estão presentes de forma recorrente nos trabalhos e pesquisas que envolvem os fenômenos relativos ao mundo do trabalho. Antunes analisa essa reorganização do capital na América Latina que tem na terceirização seu principal meio de explorar a classe trabalhadora:

³ Daqui em diante sempre assim.

[...] passaram a presenciar processos de desindustrialização, tendo a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc., além de enormes níveis de desemprego, de trabalhadores (as) desempregados (as) (ANTUNES, 2004, p.6).

É cada vez mais frequente o número de trabalhadores que estão submersos em condições de acentuada exploração, inseridos no bojo das relações entre capital e trabalho. Os donos dos meios de produção buscam estratégias favoráveis para a predominante gestão do trabalho pautada pela maximização do lucro e achatamento no valor de remuneração da mão de obra. Segundo as Estatísticas do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAT), em 82% dos casos de trabalho análogo à escravidão encontrados em 20 anos de combate ao crime, os trabalhadores eram terceirizados (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, 2015).

Buscando subsidiar o debate, problematizamos esses mecanismos encontrados pela periferia do sistema para manter-se “integrada” à economia mundial. Primamos, com isso, pelo resgate de alguns pontos apresentados pela Teoria Marxista da Dependência embasada pelas mãos de Ruy Mauro Marini e do conceito de superexploração do trabalho.

[...] a superexploração se define [...] pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere abaixo de seu valor real. (MARINI, 1973, p.92-93).

As atividades, geralmente, requerem demasiado esforço físico, seja na pecuária, na produção de carvão vegetal, nas lavouras de cana-de-açúcar, desmatamento e outras ocupações. As situações de abusos sofridos são frequentes, dentre elas: ausência de água potável, descanso, Equipamento de Proteção Individual - EPI, alimentação, retenção de documentos, venda de alimentos e utensílios de limpeza e higiene pessoal, vendidos com valores superfaturados.

Embora a existência do trabalho escravo seja recorrente no espaço urbano, a opção de nosso trabalho buscará estudar a problemática no espaço rural e com destaque para as ações educativas desenvolvidas pelo CDVDH/CB com esses trabalhadores. É no campo que o trabalhador sofre as piores violências, isolamento geográfico, cárcere privado, espancamentos e mortes.

O trabalho escravo contemporâneo no espaço rural tem índices mais acentuados nas regiões Norte e Nordeste, tanto no que se refere à incidência de oferta de mão de obra quanto no exercício de tal prática. Dados, já em 2006, do Atlas do Trabalho Escravo no Brasil 2006 afirmam que “O maior fluxo de migração - cerca de 800 trabalhadores – é, destacadamente, o do Maranhão em direção ao Pará”. (CDVDH/CB, 2011, p.11). Na apresentação do Atlas, fica evidente a necessidade de se trabalhar a temática.

O Atlas também oferece um perfil típico do escravo brasileiro do século XXI: é um migrante maranhense, do Norte de Tocantins ou oeste do Piauí, de sexo masculino, analfabeto funcional, que foi levado para as fronteiras móveis da Amazônia, em municípios de criação recente, onde é utilizado principalmente em atividades vinculadas ao desmatamento. (idem, 2011, p. 12)

Diante de tais circunstâncias, entra em cena a relevância social de algumas instituições que têm se preocupado em denunciar, erradicar e subsidiar condições sociais para os trabalhadores escravos que se emanciparem a partir da ação conjunta destas instituições: Comissão Pastoral da terra – CPT, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Ministério Público Federal, ONG Repórter Brasil, dentre outras. Na mesorregião Oeste Maranhense, com maior atuação na cidade de Açailândia, o CDVDH/CB é uma importante referência de apoio às causas de combate ao trabalho escravo, que ainda apresenta dados substancialmente altos para os dias atuais.

A criação dessa instituição veio com o intuito de abrir um espaço de diálogo com os trabalhadores na mesorregião Oeste Maranhense e, principalmente, os locais em que os direitos humanos mais básicos estão sendo suprimidos. A informação, a assistência social, a socialização e a reintegração dos trabalhadores escravos às condições mínimas de dignidade humana são importantes ações a serem desenvolvidas dentro do espaço sociocultural dessa região. Segundo o Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão, produzido pelo CDVDH:

O Maranhão, infelizmente, ocupa lugar de destaque no quadro dos estados em que mais se fornece mão de obra para o trabalho escravo, sendo que a maioria dos trabalhadores resgatados em outras unidades da federação, principalmente no estado vizinho Pará, são maranhenses. (CDVDH/CB, 2011, p. 19).

O CDVDH/CB tem cumprido com afinco a tarefa de enfrentar o trabalho escravo. Nos deparamos com a existência dessa importante instituição no ano de

2000, ocasião em que membros do CDVDH/CB, a convite da Pastoral da Juventude, ministraram palestras sobre a temática. Em 2001, a União Municipal dos Estudantes – UMES, em parceria com o CDVDH/CB realizou algumas palestras nas escolas estaduais no município de Imperatriz. No ano de 2002, participamos de um encontro regional sobre a temática promovido pelo CDVDH/CB na cidade de Açailândia (MA). Na época, estávamos atuando como conselheiros tutelares. O objetivo do encontro era formar lideranças sociais e agente públicos para trabalharem no enfrentamento ao trabalho escravo em suas instituições. Em 2007 e 2008, participamos da organização do I e II Seminário sobre Direitos Humanos e Comunidades Tradicionais. Na ocasião, trabalhávamos como professor na Casa Familiar Rural de Coquelândia, em Imperatriz - MA.

Nesse contexto de combate ao trabalho escravo, entram em cena as ações educativas promovidas pelo CDVDH/CB. Torna-se necessário que esta temática seja abordada não somente por essa instituição, mas de forma sistemática pelos sistemas de ensino local, onde há incidência acentuada dessa forma degradante de trabalho.

Quanto ao termo que se tem tratado: *o trabalho escravo contemporâneo*, o mais usado nas ciências humanas tem sido de *trabalho escravo*, embora alguns textos, cartilhas, documentos, tenham utilizado o termo *trabalho análogo ao escravo*, considerando as condições degradantes no exercício de atividades, violação dos direitos fundamentais, incompatíveis com a dignidade humana, que expõem o trabalhador a risco de saúde e vida, carga horária exaustiva de trabalho, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas e, ainda, contração de dívida de forma ilegal, em virtude de passagens, alojamentos e outros. O uso do termo “análogo” tem sido utilizado em decorrência do trabalhador não ser legalmente propriedade do empregador (CDVDH/CB,2011).

Quanto à escravidão contemporânea, a compreensão de que a história segue uma linearidade foi desconstruída principalmente no período de ascensão da Escola dos Annales, em que Lucien Febvre e Marc Bloch discutem a respeito das rupturas e permanências na história. De acordo com Cardoso (2012), essa nossa nova historiografia traz em seu bojo a ruptura com a noção historicista tradicional de um tempo uniforme em progressão linear, em favor de temporalidades múltiplas, tratando, assim, da negação de um ponto de referência temporal, compreendendo a história do homem cheia de avanços e retrocessos.

Quando ao recorte no tempo e no espaço, a realidade, aqui examinada, remete-nos a uma região que, mediante suas potencialidades de riquezas do solo e do ecossistema, coloca-se com grande potencial de desenvolver o que os teóricos denominam de grandes projetos. Ramalho e Carneiro (2015), ao estudarem a mineração na Amazônia Oriental Maranhense, destacam a região, onde localiza-se o município de Açailândia, como um dos grandes focos de denúncias de trabalho escravo, espaço geográfico e econômico estratégico, visto que há grandes siderúrgicas, carvoarias, madeireiras, grandes áreas para desenvolvimento de monoculturas, sendo estas empresas as principais aliciadoras de trabalhadores. A cidade dispõe de grandes bolsões de miséria, uma acentuada contradição entre a riqueza de um arranjo produtivo local e o modelo de produção desenvolvido, extremamente dependente e explorador.

Açailândia possui uma localização estratégica, no entroncamento da BR-010 (Belém-Brasília) com a BR-222 (que liga Açailândia com as demais regiões do Nordeste) e com entroncamento da Ferrovia Carajás com a Ferrovia Norte-Sul, no distrito Industrial de Pequiá, a 10 km da sede municipal, constituindo-se no maior entroncamento rodoferroviário do Norte e Nordeste do Brasil.

O CDVDH/CB de Açailândia foi fundado a partir da sociedade civil, que percebeu a quantidade de violações dos direitos humanos na região. Logo após sua fundação, depararam-se com a alta incidência de denúncias envolvendo o trabalho escravo. A partir de então, foi necessária a instalação de uma instituição que se engajasse no enfrentamento ao trabalho escravo. O CDVDH/CB passou a atuar principalmente na conscientização dos trabalhadores explorados, dando assistência jurídica, denunciando as irregularidades e encaminhando-as ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a outros órgãos que atuam na repressão da prática, além de promover atividades que denunciavam e esclareciam a sociedade sobre a existência do trabalho escravo.

O Perfil da vítima, segundo a “Pesquisa sobre o Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural”, realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no marco do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT-Brasil, (OIT, 2008), é que o trabalhador rural escravizado no Brasil é, quase na sua totalidade, do sexo masculino, não branco e com nível de escolaridade muito baixo. Cerca de 20% nunca chegou a frequentar a escola e, geralmente, é originário da

Região Nordeste, o Maranhão está entre os estados com maior ocorrência dessa violação, conforme OIT (2010, p. 70):

Aproximadamente 60% do total de trabalhadores libertados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM de 1995 a 2006, correspondem aos estados do Pará (37%) e Mato Grosso (20,1%). Sessenta e dois por cento das entrevistas foram realizadas nessas áreas. Destaca-se também o aumento significativo de trabalhadores resgatados nos estados da Bahia, Tocantins e Maranhão, dados que apontaram a necessidade de estender as entrevistas aos referidos estados.

De acordo com a referida pesquisa, OIT (2010) a migração é característica marcante na vida do trabalhador: 74% das vítimas não vivem no município em que nasceram e 40% moram em estados diferentes do local de origem. A ocupação predominante dos trabalhadores, entre os anos de 2006 e 2007, tem sido o trabalho rural temporário sem registro. Parte significativa saiu de seu município para trabalhar nos dois últimos anos e 32% foram trabalhar em outro estado. Sobre o perfil da vítima, a pesquisa constatou que a maior parte não tem companheira/esposa, embora mais da metade tenham filhos e quase a metade declarou ser a única pessoa da família que trabalha. No aspecto educacional, fica evidente a não qualificação desse trabalhador. Com relação à formação para o trabalho, 85% nunca fez nenhum tipo de curso profissional.

O público alvo dos aliciadores é, em geral, o homem de pouco estudo, sem profissão, desconhecedor de seus direitos. Agrega-se a isso a necessidade de ganho, a pobreza e, em muitos casos, o espírito aventureiro inerente ao “peão do trecho”⁴. Freire (1987), em *Pedagogia do Oprimido*, trata esse sujeito como “esfarrapados do mundo”.

Nesse contexto de fragilidade do trabalhador, entra a figura do “gato”, responsável por articular a contratação do empregado. Na maioria das vezes, aquele tem pouca formação, conhece a realidade em que estão inseridos os trabalhadores, e é o responsável por recrutar, ameaçar e endividar a vítima. Conhece a realidade

⁴ Para muitos, o peão é um sem-rumo, que pode ter o impulso apenas de ir, pois às vezes falta força para voltar. Há peões de várias atitudes, cada um conforme sua situação: há os que descambam no mundo para não mais voltar; há os que se dispõem a ir ao menos uma vez; há os que vão sozinhos e há os que levam toda a família. Uns peões sabem para onde vão, mas a maioria vive como um “rodado”, conforme sua própria linguagem, sem para onde ir ou quando parar. Alguns peões vivem circulando pelo fato de não suportar ficar parado muito tempo em uma região vendo sua família padecer ante os infortúnios. Alguns saem de casa ainda muito jovem e, às vezes, ainda criança. É mesmo um “peão do trecho”. O Trecho não é só o caminho, é cada espaço por ele trilhado, é para onde ele vai; é onde ele está, ou seja, é um lugar por ele, passageiro, o trecho é o mundo (CDVDH/CB, 2011, p. 39).

dos peões, é o homem de confiança do patrão, o elo entre este e os trabalhadores, geralmente vive no trecho, conseqüentemente, é um sujeito difícil de ser localizado.

Quanto aos escravocratas contemporâneos, geralmente, são detentores de grandes propriedades de terras, fazem parte da elite econômica do país, possuidores de prestígio político, desenvolvem essa prática truculenta acreditando no aparato que lhe cercam para garantir a impunidade. As atividades econômicas exercidas são agrícolas, produção de carvão vegetal e pecuária.

Esta proposta de pesquisa busca analisar o caráter educativo do CDVDH/CB presente nas ações educativas desenvolvidas no município de Açailândia. Iremos analisar o perfil do trabalhador alvo dessa educação, seja a vítima ou o que pode ser potencialmente aliciado. Tais ações educativas envolvem oficinas, peças teatrais, formação de lideranças, pedágios, produção de folders, cartilhas, programas em rádios comunitárias e palestras.

As ações educativas desenvolvidas pelo CDVDH/CB enquadram-se no que Gohn (2012) denomina de caráter educativo dos movimentos sociais, articulando as dimensões da organização política, institucional, cultural e a dimensão espaço-temporal. No caso do CDVDH/CB, o enfrentamento ao trabalho escravo constitui a ação primeira do Centro há duas décadas, podendo ser apreciado a partir da identidade social que compõe o *ethos* institucional. Em Açailândia, a organização é facilmente associada ao combate do trabalho escravo. Gohn (2012, p. 11) fala de educação autoconstruída, citando, dentre alguns princípios, o seguinte: “a aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe”. O CDVDH/CB tem insistido sistematicamente em alertar a população no arco de sua atuação contra o mal do trabalho escravo contemporâneo.

Nesse cenário, a educação tem grande responsabilidade. Educar é missão institucional da escola, mas também é responsabilidade da família, sindicato, igreja e movimento social. Prado (2013) afirma que a educação não é exclusividade da escola, mas se dá em lugares diferentes da sociedade, por meio de diferentes recursos, meios e agentes, segundo diversos objetivos e projetos de formação humana e de sociedade.

A nossa legislação, ao definir a educação, deixa explícita uma responsabilidade partilhada quanto à oferta, responsabilidade e à diversidade de espaços/instituições onde ela acontece. Ficando o Estado responsável pela educação sistematizada, a escola é a instituição responsável por instruir, não

desprezando a educação que acontece no cotidiano e em outras instituições. O artigo 205 da Constituição Federal brasileira entende que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu art. 1º, prevê:

[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p.02)

O movimento social, enquanto instituição, educa a partir de sua razão de ser. Suas ações reivindicatórias ou alertam em relação a crimes presentes em nossa sociedade, sejam protestos que envolvem a questão educacional, da terra, moradia, violência, pobreza, preconceitos étnicos e de gênero, dentre outros. Essas práticas geralmente se desenvolvem pedagogicamente no âmbito informal e são pesquisadas no espaço acadêmico.

As campanhas de prevenção e de combate ao trabalho escravo têm como alvo esclarecer, informar que, privar de liberdade é crime e motivar as vítimas a denunciarem a prática, denunciar ameaças aos trabalhadores e a suas famílias. Essas ações de esclarecimento buscam mudar atitudes. Paulo Freire (1980, p. 22), denomina-as como trabalhos de conscientização, tarefa de renovação cultural e uma “tomada de posse da realidade” e das contradições nela contida. Esse processo de leitura de mundo é objeto de nosso estudo, o CDVDH/CB a partir de um rol de atividades vem trabalhando essa conscientização da sociedade onde a organização tem acesso.

1.2 Objeto de Estudo e os Objetivos

Na elaboração da proposta de pesquisa, após estudar uma relação que envolve trabalho escravo contemporâneo e educação do movimento social a partir da atuação do CDVDH/CB, definimos como objetivo geral: analisar o caráter educativo do CDVDH/CB presente em suas ações, no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo na cidade de Açailândia-MA. Os objetivos específicos foram os seguintes: a) verificar como ocorrem as parcerias com outras instituições para o

desenvolvimento das ações educacionais de enfrentamento ao trabalho escravo; b) avaliar como acontece a formação dos educadores e lideranças que atuam no CDVDH/CB; c) compreender a metodologia do CDVDH/CB a partir de suas ações.

A pesquisa tem a seguinte questão-problema: Qual o caráter educativo do CDVDH/CB no desenvolvimento de suas ações? O problema apresenta três perguntas norteadoras, a seguir: 1) como ocorrem as parcerias com outras instituições para o desenvolvimento das ações educacionais de enfrentamento ao trabalho escravo? 2) como acontece a formação dos educadores e lideranças que atuam no CDVDH/CB? 3) qual a metodologia do CDVDH/CB? Diante das referidas indagações buscamos realizar a pesquisa.

1.3 O Percurso Metodológico e a Estrutura da Pesquisa

Intimamente ligado à temática está o aspecto poder. Este relaciona-se com diversos aspectos como o econômico, o político, o cultural e o educacional. No decorrer do trabalho, deparamo-nos com as forças que cercam a problemática que envolve o trabalho escravo. Nessa correlação de forças, o aspecto econômico será o predominante no estudo. A fundamentação, pautada no método dialético de Karl Marx, foi a opção para conduzir o trabalho de pesquisa. Consideramos essa como o melhor arcabouço teórico para entender os fenômenos que cercam a problemática, a partir das categorias totalidade, mediação e contradição. Entendemos que os referidos elementos são imprescindíveis para trabalhar a problemática em questão.

Com relação à categoria totalidade, Kosík (1976, p. 33) escreve que esta:

[...] compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese ao empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade.

A investigação se deu a partir da revisão bibliográfica de livros, jornais e revistas que contribuam para o conhecimento acadêmico a respeito da inserção do trabalho escravo no Maranhão e ações educativas na busca da redução da oferta de mão de obra escrava.

Para tanto, a pesquisa analisou os documentos produzidos por algumas instituições governamentais e não governamentais que tem comprovada atuação e são engajadas no combate ao trabalho escravo, dentre elas a Organização

Internacional do Trabalho (OIT), Comissão Pastoral da Terra – CPT, Repórter Brasil, Escravo Nem Pensar e outras que desenvolvem importante papel de divulgação de dados quantitativos e qualitativos a respeito do enfrentamento político, social e educativo às práticas que subjugam o homem às condições análogas à escravidão. Além do Atlas Político Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão, desenvolvido pelo CDVDH/CB e seus arquivos.

Para caracterizar os diversos perfis inerentes à pesquisa, utilizaremos a abordagem qualitativa e buscaremos nos aproximar do enfoque crítico-dialético, sugerido por Triviños (1987). Este enfoque visa o estudo da trajetória histórica e as contradições internas de ações coletivas.

O método dialético nos impulsionou para destacar as contradições que envolvem os vultosos investimentos nos grandes projetos, presentes na mineração, pecuária e agronegócio, confrontando-os com a realidade do trabalhador rural e sua vulnerabilidade social. Concomitantemente a situações de avanço de grandes empreendimentos econômicos, a sociedade civil buscou se mobilizar em várias vertentes, dentre elas, organizações que pudessem atuar no enfrentamento às violações dos direitos humanos. Uma dessas iniciativas foi a institucionalização do CDVDH/CB no município de Açailândia. Procuramos discutir alguns dos aspectos que orbitam em torno do trabalho escravo, com destaque para movimento social e sua relação com a educação. Temos a clareza dos limites presentes na pesquisa, a esse respeito:

Confunde-se a necessária relação parte-todo e todo-parte com a ideia de um método capaz de exaurir todos os infinitos aspectos de uma determinada realidade, captar todas as contradições e todas as mediações. Ignora-se, assim, o caráter relativo, parcial, provisório, de todo conhecimento histórico, e que o conhecimento científico não busca todas as determinações, as leis que estruturam um determinado fenômeno social, senão que busca as suas determinações e leis fundamentais. (FRIGOTTO, 2001, p. 81)

Para compreender as parcerias, o processo de formação de lideranças e educadores sociais, a metodologia de trabalho da organização na efetivação dos projetos e ações, lançamos mão da entrevista para buscar conhecer o caráter educativo do CDVDH/CB. Sobre o recurso da entrevista:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores (RIBEIRO, 2008 p.141).

Durante o momento da entrevista, o pesquisador tem a oportunidade de se aproximar mais do universo de sua pesquisa, dos sujeitos e do espaço onde ela ocorre. Dialogando com os entrevistados, pode-se descobrir outros caminhos, outras fontes, significados novos que não estão presentes em livros e documentos.

2ª SEÇÃO

2 O UNIVERSO DA PESQUISA E SUAS CATEGORIAS

A presente seção trabalha brevemente as categorias que são necessárias para compreensão da reflexão proposta. Aqui, discutiremos o trabalho e sua relação ontológica com o homem, o conceito atual de trabalho escravo e a legislação que o define, a educação desenvolvida nos movimentos sociais e as contribuições de diferentes autores que estudam a temática.

2.1 O Trabalho

Para finalidade do presente estudo, discutir a categoria trabalho é necessário, esse está intimamente ligado à proposta de pesquisa. Na perspectiva marxista, o trabalho é ontológico ao homem, em sua produção teórica, o trabalho move o homem em sua trajetória na história

A relação homem e trabalho, esta acontece como condição eterna do homem de modificar a natureza para atender suas necessidades. Essa forma de modificar o ambiente vai sendo aprimorada conforme o desenvolvimento das forças produtivas. Sobre esse processo de trabalho, em *O Capital*, na conhecida passagem do *Capítulo V – O Processo de Trabalho e Processo de Valorização*, Marx esclarece:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural para a eterna vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1985, p.153).

Marx distingue o trabalho, de um ponto de vista mais geral, como a interação entre o homem e a natureza, com o objetivo de transformar a natureza nos bens indispensáveis à sobrevivência do homem. Marx explica em *O Capital*, a racionalização do modo de produção capitalista e destaca como uma de suas características fundamentais a maximização da exploração de mão-de-obra do trabalhador.

Estudar uma temática que envolva o trabalho, especificamente inserido dentro do modo de produção capitalista, requer, como condição precedente, a separação entre os trabalhadores e os detentores dos meios de produção, de forma que o trabalhador tenha que vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção em troca de um salário compatível com seu esforço, ou não. No caso do trabalho escravo contemporâneo, a superexploração de sua mão-de-obra é uma constante. Em muitos casos, e principalmente na zona rural, até o não pagamento do salário é prática recorrente, como veremos mais adiante.

2.2 O Trabalho Escravo Contemporâneo

O imenso caminhar do homem na história, as extremidades entre os que desfrutam de poder, seja econômico ou político, colocou o homem, em diversos momentos, na condição de coisa/objeto, de animal, podendo ser descartado a qualquer tempo. O único sentimento pela perda é o econômico, sua representação enquanto propriedade. O homem, em sua questão ontológica, nada vale.

O trabalho escravo se enquadra entre os fenômenos sociais que sempre estão presentes no curso da história, seja na escravidão clássica durante a sociedade escravista, seja na estrutural escravidão colonial brasileira, seja na diversidade de práticas de escravizar na contemporaneidade, seja no espaço urbano ou rural. Essa configuração de exploração do trabalho humano se repete, com novas roupagens, mas mantendo presente o que caracteriza essa prática, sacrifica vida de homens, mulheres e crianças. Na obra O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, Karl Marx analisa as passagens de Napoleão Bonaparte e Luís Bonaparte, discute os fatos na totalidade do percurso histórico e a reconstrução dos acontecimentos em outros cenários. A esse respeito, Marx diz:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (MARX, 2011, p.25).

O reaparecimento, esse reinventar do trabalho escravo na sociedade brasileira é uma tragédia, ora transparente, ora sutil, mas que teima em fazer parte da vida dos trabalhadores. O trabalho escravo se apresenta em uma cadeia complexa, cercado de pobreza, desigualdades regionais e sociais, aparato político, este quase sempre ligado aos novos escravocratas. Do lado dos que lutam no

enfrentamento, o destaque é para agentes e militantes da sociedade civil, entre eles agentes de pastorais, principalmente os ligados à Comissão Pastoral da Terra – CPT e organizações da sociedade civil que foram criadas e atuam especificamente nesse fim. Na Amazônia Oriental, a prática de explorar é recorrente, ao ponto de políticos, coronéis da política local que gozam de prestígio e até magistrados serem surpreendidos com trabalhadores em condições de escravo dentro de suas propriedades. Em exemplo, é o juiz titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz, no Maranhão, Marcelo Testa Baldochi⁵.

Essa prática extremada de exploração do trabalho humano tem particularidades no chão amazônico. As diversidades de frentes de serviços contrastam com a ausência do Estado. Sem fiscalização e acompanhamento dessas atividades, os abusos dos empregadores são constantes. No outro lado, trabalhadores cercados por falta de alternativas e ausência de qualquer qualificação são facilmente aliciados pelos “gatos”. Um pouco sobre a função desse sujeito nesse processo criminoso:

Alguns fazendeiros utilizam os chamados gatos, recrutadores de mão de obra, que percorrem diversas regiões à procura de trabalhadores rurais temporários. Os gatos aliciam trabalhadores disponíveis e os levam para regiões remotas. Na primeira abordagem eles se mostram agradáveis, portadores de boas oportunidades de trabalho. Oferecem serviços em fazendas, com garantia de salário, alojamento e comida, além de adiantamentos para a família e garantia de transporte gratuito até o local de trabalho. (OIT, 2011, p.15).

No momento da chegada ao local de trabalho, a realidade muda, passa a existir um contexto totalmente diferente, os trabalhadores passam a se ver em uma prisão, isolados geograficamente, em um mundo desconhecido, pagando por tudo que é consumido: alimentos, ferramentas de trabalho, Equipamentos de Proteção

⁵ Reportagem do jornal o Globo, de 01/09/2010, “BRASÍLIA - O juiz Marcelo Testa Baldochi deverá responder a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) perante o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Nesta terça-feira (31), os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiram, por unanimidade, que o tribunal terá que apurar as denúncias de que o magistrado mantinha trabalhadores em condições degradantes na fazenda Pôr do Sol, de sua propriedade. O relator da revisão disciplinar conselheiro Paulo de Tarso Tamburini considerou necessária a apuração das denúncias contra o juiz. O Tribunal de Justiça do Maranhão havia decidido, em 2007, pelo arquivamento da denúncia contra o juiz. Naquele ano, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego expediu 24 autos de infração para o juiz, em decorrência de a equipe ter encontrado na fazenda Pôr do Sol trabalhadores em condições precárias de trabalho. A fazenda está localizada a aproximadamente 150 km do município de Açailândia. De acordo com a revisão disciplinar, os trabalhadores encontrados no local não tinham carteira assinada, não recebiam pagamento regular e nem possuíam equipamentos apropriados para execução dos trabalhos”. Disponível em< <http://oglobo.globo.com/brasil/juiz-sera-investigado-por-uso-de-trabalho-escravo-no-maranhao-2958437#ixzz4SdMWu23Y>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

Individual (EPI's), quando fornecidos. Tudo que é comercializado dentro da fazenda é superfaturado e anotado em um caderno. Assim, os trabalhadores seguem dias, meses e anos, coagidos, ameaçados e vigiados. Sem assistência médica, isolados de suas famílias, são expostos às intempéries que rodeiam o ambiente. A distância entre a fazenda e o comércio geralmente é grande, o trabalhador fica refém de suas necessidades e da relação de força e fragilidade, representadas pelo o poder do fazendeiro e a submissão forçada na qual está colocado o trabalhador Figueira (2004). É constituída uma logística de exploração do trabalho humano, grossa e truculenta, tendo como fio condutor a lógica que rege as diversas fases de desenvolvimento do capitalismo. Nesse caso, a vulnerabilidade social e o isolamento do trabalhador são aliados do escravocrata no processo de exploração.

Nesse cenário, a submissão do trabalhador em relação ao fazendeiro aumentou. Vítima de um processo de contratação que lhe endividou por meio do deslocamento, diárias de hotel, refeições, cervejas e tudo o que mais possa ser fornecido, de forma rápida e gradativa, o trabalhador adquire uma escravidão por dívida, conforme Sakamoto (2007). O montante aumenta, diariamente, pelo consumo de alimentos, objetos de higiene pessoal, cigarros, bebidas e etc. Nesse cenário de dívida, o trabalhador é obrigado a permanecer. O gato, gerente e jagunços fazem o monitoramento para que nada saia fora do programado. Entram em cena os novos capitães do mato.

A Antiguidade Clássica e a Idade Média foram superadas em muitos aspectos na contemporaneidade. Vivemos um aparato legal, ainda que não efetivo, o que Bobbio (2009) chama de Era dos Direitos, ou seja, dos Estados Democráticos, que desenvolvem suas políticas sob o escudo da lei. A estruturação da sociedade moderna, a partir do ideário revolucionário francês, foi alicerçada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, ou seja, classificou gradativamente muitas violências como inadmissíveis, dentre elas, a prática da escravidão. Na complexa discussão da temática do trabalho escravo, é fundamental entender o conceito atual que abarca a escravidão contemporânea, e o conjunto de situações que permitem tal enquadramento.

Na busca de maximização do lucro, o trabalho escravo foi usado de forma estratégica no território nacional, muitos foram os casos ocorridos. Alguns chegaram aos ouvidos das autoridades e organizações de direitos humanos e outras instituições, com evidência para a atuação igreja Católica na Amazônia. Dos casos

que chamaram atenção, destacamos o caso emblemático que ocorreu no ano de 1989, data marcante, pois fazia 100 anos que o trabalho escravo foi extinto legalmente, mas os fatos dizem o contrário. Segue o relato:

Em setembro de 1989 José Pereira Ferreira, com 17 anos, e um companheiro de trabalho, apelidado de “Paraná”, tentaram escapar de pistoleiros que impediam a saída de trabalhadores rurais da fazenda Espírito Santo, cidade de Sapucaia, sul do Pará, Brasil. Na fazenda, eles e outros 60 trabalhadores haviam sido forçados a trabalhar sem remuneração e em condições desumanas e ilegais. Após a fuga, foram emboscados por funcionários da propriedade que, com tiros de fuzil, mataram “Paraná” e acertaram a mão e o rosto de José Pereira. Caído de bruços e fingindo-se de morto, ele e o corpo do companheiro foram enrolados em uma lona, jogados atrás de uma caminhonete e abandonados na rodovia PA-150, a vinte quilômetros da cena do crime. Na fazenda mais próxima, José Pereira pediu ajuda e foi encaminhado a um hospital. Na capital do estado, durante o tratamento das lesões permanentes que havia sofrido no olho e na mão, José Pereira resolveu denunciar à Polícia Federal as condições de trabalho na fazenda Espírito Santo, pois muitos companheiros haviam lá permanecido. Ao voltar à fazenda, José Pereira encontrou os 60 trabalhadores, que foram então resgatados pela Polícia Federal, recebendo dinheiro para voltar para casa. Os pistoleiros haviam fugido. (OIT, 2010, p.28).

O caso de José Pereira é um entre centenas. Homens e mulheres eram escravizados por todo o país, cativos, endividados, enganados, subjugados, violentados fisicamente e psicologicamente. Um conjunto de ações compõem uma organizada estratégia de roubar a dignidade humana e desenvolver a prática do trabalho escravo contemporâneo. No espaço rural, considerando principalmente as condições de isolamento, essa prática de exploração possa ter sua fase mais cruel. Esse emaranhado de ações não deixa dúvida quanto à existência de uma nova forma de escravidão. A constituição dessa grave violação aos Direitos Humanos no Brasil, a ausência de políticas públicas que constituísse um efetivo enfrentamento a essa problemática, fez com que essa realidade chamasse a atenção de organizações governamentais e não governamentais, tanto em nível nacional, quanto internacional. De acordo com a OIT:

Por se tratar de um caso exemplar de omissão do Estado Brasileiro em cumprir com suas obrigações de proteção dos direitos humanos, de proteção judicial e de segurança no trabalho, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como as organizações não-governamentais *Center for Justice and International Law* (CEJIL - Centro pela Justiça e o Direito Internacional) e *Human Rights Watch* apresentaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 22/02/1994. Na petição apresentada à CIDH, em 16/12/1994, alegou-se que, nos fatos relacionados a José Pereira, haviam sido violados os artigos I e XXV da Declaração Americana sobre Direitos e Obrigações do Homem que estabelecem: o direito à vida, à liberdade, à segurança e integridade pessoal e o direito à proteção contra detenção arbitrária. O Estado Brasileiro também foi acusado de ter violado os artigos

6, 8 e 25 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, os quais referem-se à proibição de escravidão e servidão; garantias judiciais e proteção judicial. Além disso, as peticionárias alegaram o desinteresse e a ineficácia do Estado Brasileiro nas investigações e nos processos referentes aos assassinos e aos responsáveis pela exploração trabalhista [...] (OIT, 2010, p.28).

Os recorrentes casos comprovam a existência e a prática do trabalho escravo inserido nas atividades econômicas, presentes em toda a Amazônia. Tal realidade fez com que o Estado brasileiro recebesse pressão interna e externa, Organizações governamentais e não governamentais cobravam respostas rápidas no sentido de punir os promotores do crime, além de demandas de apoio às vítimas dessa forma de extrema exploração do trabalho humano. Muitos eram os relatos associados a prática do trabalho escravo, segue parte da entrevista de Xavier Plassat⁶ concedida a Binka Le Breton (2002):

Então eles estavam usando o trabalho escravo para abrir as fazendas?

Isso mesmo. Os primeiros relatos vieram de Mato Grosso em 1972. O bispo Pedro Casaldáliga⁷ foi quem deu o alerta, publicando um documento sobre o assunto. Ele estava baseado em São Félix do Araguaia, e está até hoje. Bem, começaram a aparecer umas coisinhas aqui e ali, e ele percebeu que seguiam um padrão. Eram histórias de homens aliciados para trabalhar na selva em troca de um bom dinheiro e dos quais em seguida nunca mais se ouvia falar. Havia rumores de toda sorte de violência física e mental, de homens morrendo de malária e de outros tentando escapar e sendo caçados como animais selvagens. (BRETON, 2002, p.29).

Breton (2002), durante o trabalho de pesquisa que culminou no livro *Vidas Roubadas: A Escravidão Moderna na Amazônia Brasileira*, em seleção de matérias de jornais, destaca uma entrevista realizada pelo Jornal O Liberal⁸. Na ocasião da publicação, um peão que havia escapado do Fazenda Sapucaia no Sul do Pará concedeu entrevista ao Periódico:

Como era a vida na fazenda?

“Nem te conto, era uma coisa muito ruim. Teve um dia que eu comi um rato assado para não morrer de fome”

Não davam comida para vocês?

“Dar, eles davam, mas quando a gente fazia ‘malcriação’ ficava sem comer.”

⁶ Xavier Jean Marie Plassat, OP, mais conhecido como Frei Xavier Plassat, é um frade dominicano francês, residente no Brasil. Vive numa casa simples em Araguaína, no estado do Tocantins, às margens da Amazônia. Destaca-se pela sua atuação na Comissão Pastoral da Terra e na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Seu trabalho rendeu-lhe o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2008.

⁷ Natural da Espanha, Pedro Casaldáliga é bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia desde 1971. Defensor apaixonado da Justiça Social, foi muitas vezes ameaçado de morte. Em outubro de 1972, publicou um documento intitulado “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, em que chamava a atenção para a situação dos sem-terra e dos escravos.

⁸ O Liberal, 27/03/1999.

Que tipo de malcriação?

“Deixar de pagar a cantina do fazendeiro. Para mim, era melhor comer bicho assado que engolir aquela carne podre da lata”.

Vocês eram espancados?

“Eu só apanhei uma vez. Foi uma surra com umbigo de boi. Doía tanto que até hoje não esqueci. Passei azeite de andiroba para curar. Mas quando o capataz descobriu que eu estava ficando bom jogou gasolina em cima das feridas, e aí eu vi estrelas.”

Vocês nunca pensavam em fugir?

“Claro mas ninguém era besta de sair. Os pistoleiros não dormiam e estavam sempre de cara fechada pro nosso lado. Dava um medo dos diabos”.

Quanto você recebeu do patrão?

“olha, para ser sincero, nem lembro quanto recebi. Uma vez ele me deu 120 reais. Mas a dívida da cantina era de 150. Nem cheguei a esquentar o dinheiro na mão. O capataz tirou rápido o dinheiro, dizendo que eu estava querendo ser mais sabido que ele”.

E agora o que pretende fazer da vida?

“Olha, não tenho estudo, sou analfabeto e só sei fazer roça. Meu sonho é um emprego com carteira assinada”.

Diante de situações como essas, ficou evidenciado uma organização, uma estratégia usada em torno do trabalho escravo no meio rural. Essa logística perversa se inicia no processo de aliciamento e vai até o endividamento do trabalhador rural, o isolamento geográfico, as ameaças, violências físicas e psicológicas, que deixam os trabalhadores como bichos acuados, sem forças para reagir.

A escravidão contemporânea já não podia ser negada. O governo brasileiro reconheceu a prática do trabalho escravo diante da nação e da OIT somente em 1995, tornando-se um dos primeiros do mundo a reconhecer oficialmente a escravidão contemporânea em seu território. Por ser um crime, é difícil levantar dados precisos de quantos trabalhadores estão em condição de escravidão no país atualmente. Não há estatísticas oficiais, mas governo federal, e entidades da sociedade civil envolvidas no combate a esse crime estimam que dezenas de milhares de homens e mulheres estão em situação de vulnerabilidade, encarando condições de trabalho que configuram esse abuso.

2.3 O conceito de trabalho escravo contemporâneo na legislação brasileira

A abrangência da temática sobre trabalho escravo contemporâneo é de acentuada complexidade. Tendo legalmente sua extinção ainda no século XIX, o trabalho escravo persiste como *modus operandi* recorrente de empresários que

atuam nas mais diversas cadeias produtivas, seja no espaço urbano ou rural. A forma de explorar a mão de obra dos trabalhadores é diferente, dependendo do espaço, do sujeito explorado e da atividade. O entendimento do atual conceito de trabalho é fundamental para a compreensão da problemática.

A superexploração da mão de obra humana, tem como principais vítimas aqueles que geralmente convivem em precárias condições materiais, sociais ou culturais. Pessoas que partem em busca de trabalho e acabam por se submeter a escravidão. A configuração atual do trabalho escravo baseia-se nas situações em que os direitos básicos que garantem a dignidade do trabalhador não são preservados, com ênfase para a privação a liberdade de forma compulsória, pela prática da retenção de documentos, coerção pela violência ou grave ameaça, em razão de dívidas ilegalmente impostas, condições precárias de alojamento, trabalho forçado e por abusivas jornadas de trabalho.

O rol de violações, denúncias e estratégias no aliciamento do trabalhador estruturam e deram uma nova conceituação para o trabalho escravo. Essa nova roupagem foi articulada com a legislação internacional já existente e o âmbito jurídico assinalou a necessidade de se definir o problema, de acordo com as especificidades brasileiras concernentes à questão, para que se pudesse enfrentá-lo de forma mais eficaz. Uma demarcação conceitual mais precisa de trabalho forçado, no contexto nacional, admitiria que as leis fossem redigidas de forma clara, de modo a traduzir as convenções internacionais que regulamentam o problema para realidade brasileira. Esta definição ainda possibilitaria identificar as diversas maneiras pelas quais o trabalho forçado pode ser imposto no Brasil. O trabalho forçado tem a seguinte definição, de acordo com as convenções da OIT:

A Convenção nº. 29 (de 1930) da Organização Internacional do trabalho (OIT) – sobre o trabalho forçado ou obrigatório -, ratificada pelo Brasil em 1957, define trabalho forçado como “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual ela não tiver se oferecido espontaneamente”. Além disso, a Convenção nº. 105 (de 1957) – sobre a Abolição do trabalho Forçado – estabelece que o trabalho forçado jamais pode ser utilizado para fins de desenvolvimento econômico ou como instrumento de educação política, de discriminação, disciplinamento através do trabalho ou como punição por participar de greve. Ambas as convenções foram ratificadas pelo Brasil, respectivamente em 1957 e em 1965. (OIT, 2011.p.26).

Na busca do enquadramento da realidade brasileira, a redação original do artigo 149 do Código Penal Brasileiro, antes da modificação introduzida pela Lei 10.803/2003, limitava-se a tipificar a conduta de “restringir o trabalhador à condição

análoga à de escravo”. A generalidade do texto não oferecia aos juízes criminais subsídios objetivos à identificação das formas pelas quais se aliciava a vítima à condição análoga a de escravo. Após muitas críticas, o artigo 149 foi modificado e, hoje, apresenta uma definição mais específica (MARTINS, 1999, p.162).

No Brasil, o termo "trabalho escravo" é usado para designar a situação em que a pessoa está submetida a condições humilhantes de trabalho, ao trabalho exaustivo e/ou a formas de privação de liberdade, ou seja, de trabalho forçado, tanto no campo como na cidade. Adiante, veremos essa nova redação. Essa definição está prevista no artigo 149 do Código Penal brasileiro.

O artigo 149 trata do crime do trabalho escravo, ou como é escrito na lei, da redução de alguém à condição análoga à de escravo, ou seja, condição idêntica à de escravidão. A OIT e as Nações Unidas, por meio da relatora especial para formas contemporâneas de escravidão, reconhecem o conceito brasileiro de trabalho escravo.

O que diz o Código Penal:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

I – Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – Mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – Contra criança ou adolescente;

II – Por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (OIT, 2010, p.27).

Diante da legislação atual, fica definido o conceito contemporâneo de trabalho escravo, uma definição que abrange várias situações. Para ser considerado condição análoga à escrava, não se limita ao cerceamento à liberdade ou da escravidão por dívida, mas um conjunto de práticas por parte do empregador é fundamental para qualificação do crime. Nessas últimas três décadas, organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, o Estado, ainda que de forma acanhada, têm dado sua contribuição, com algumas iniciativas. Dentre elas,

podemos citar a criação da lista suja e dos planos nacionais de enfrentamento à prática do trabalho escravo. Muitas ações estão sendo implementadas para atuar junto a homens, mulheres e crianças com objetivo de minimizar a incidência desse crime que rouba a dignidade humana.

2.4 A Educação Não Formal e a Relação Educação e Movimentos Sociais

É necessário dizer que, embora ainda incipiente, algumas iniciativas de parcerias entre governos estaduais e municipais, ONG's e movimentos sociais, desenvolvem projetos educativos que trabalham temáticas que estão presente na agenda do movimento social. Em 2015 foi celebrada uma parceria entre o governo do Estado do Maranhão, a partir da Secretaria de Educação e a ONG Repórter Brasil, na implantação do Projeto Escravo Nem Pensar!, que possibilitou que conteúdos e ações educativas fossem trabalhados para sensibilizar professores e educandos para a realidade do trabalho escravo contemporâneo. Nas formações, foi utilizada a pedagogia/metodologia e material produzido pela ONG e compartilhada a experiência da organização (MARANHÃO, 2016).

O trabalho conta com um leque de estudos e pesquisas que envolvem a educação popular e dos movimentos sociais no Brasil, espaço no qual acontece nossa pesquisa. Destacamos alguns teóricos, dentre eles: Paulo Freire, Maria da Gloria Gohn, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti e Gaudêncio Frigotto, autores que estarão presentes de forma mais frequente na fundamentação deste trabalho. Durante o trabalho, teremos formas diferenciadas de identificar a educação desenvolvida no Centro. Educação popular, termo presente nas obras de Paulo Freire, educação não formal e a relação educação e movimentos sociais, ambos trabalhados por Maria da Gloria Gohn e demais autores.

Importante analisar o lugar da educação. No contexto atual, a ideologia neoliberal, com seu forte apelo ao viés econômico, conduz a educação, formando contingentes de educandos na perspectiva de oferecer mão de obra para o mercado. Hegemonicamente a formação tem contemplado as competências necessárias à empregabilidade, essa opção tem conduzidos as recentes reformas educacionais. Essa realidade tende a se acentuar. Diante de tal contexto, é preciso pensar uma educação que venha oferecer outras possibilidades educacionais, e proporcione princípios contidos na formação de sujeitos críticos – conscientes e com

condições de interagirem de forma autônoma em suas realidades.

Nesse sentido, abordar a Educação Popular nos remete ao legado de Paulo Freire (1921-1997), que trouxe relevantes reflexões sobre educação. Sua obra ganha notoriedade nacional e internacional no contexto em que o Brasil passava por uma ditadura militar. Sua obra mais conhecida, *Pedagogia do Oprimido*, foi escrita durante o período em que estava no exílio no Chile. Paulo Freire propõe uma pedagogia problematizadora, que venha ao encontro da realidade dos oprimidos, questiona a educação bancária, que não vê o homem como sujeito, defende uma educação que eduque para a liberdade de homens e mulheres que estão postos à margem da sociedade e do capital.

A dialética está presente na obra de Paulo Freire, existente principalmente na relação dicotômica do opressor e oprimido, na construção coletiva de tomada de consciência, na leitura de mundo, na construção de saberes. O exercício de ler as contradições é fundamental. Em sua obra, é substancial o exercício da leitura de mundo para discutir a emancipação e despertar a consciência das classes populares e encorajar os trabalhadores. O autor ressalta o medo presente na classe trabalhadora. Nessa condição, fica resignado e não luta, não conquista sua liberdade.

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, a temem, também, na medida que lutar por ela significa uma ameaça, não só aos que usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões. (FREIRE, 2003, p.34)

Para Paulo Freire, o diálogo é mediador no processo educativo. A ação possibilita conhecer o mundo e, conseqüentemente, transformá-lo. É em uma íntima relação entre o diálogo, reflexão e práxis que uma educação libertadora acontece. “Se, pelo contrário, se enfatiza ou exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em ativismo” (FREIRE, 2003, p. 78), a reflexão deve ser precedida de ação, ela precisa ter vida e significado para quem a faz, perder-se em ações sem refletir é uma prática que não proporciona mudança. O movimento social tem, em suas ações, significados. Durante o trabalho, podemos perceber o envolvimento entre os sujeitos que fazem as ações educativas. Nos planejamentos, a leitura do mundo é fio condutor do processo educativo, a articulação desse trabalho não acontece sem uma reflexão de mundo.

Miguel Arroyo é um educador brasileiro contemporâneo que tem feito sistemática defesa de uma educação pensada para os coletivos sociais que estão fora da escola. Considerando que a educação formal/escolarizada não consegue abarcar as necessidades sociais, essas estão voltadas apenas para o mundo trabalho, discutir um currículo, uma pedagogia, que se aproxime da realidade dos sujeitos é uma necessidade (Arroyo, 2014). O modelo de educação hegemônico no sistema educacional brasileiro foi construído dentro de uma estrutura que pouco reconhece e contempla outros sujeitos que não estejam dentro dos interesses dos que pensaram e construíram a educação vigente. A esse respeito, Arroyo afirma:

Esses coletivos mostram que as concepções e práticas educativas pensadas para educa-los, civiliza-los estão condicionadas pelas formas de pensa-los, ou pelo padrão de poder/saber de como foram pensados para serem subalternizados. As teorias pedagógicas não põem em práticas concepções, epistemológicas de educação trazidas de fora, do centro civilizado e civilizador, aqui, nos processos concretos de dominar, submeter os povos originários, indígenas, negros, mestiços, trabalhadores livres na ordem colonial escravocrata (ARROYO, 2014, p.11).

Existe uma lacuna deixada pelo sistema de ensino formal, um espaço que corresponde aos interesses de quem os criou. Por outro lado, é na educação não formal, planejando e articulando itinerários formativos que considerem pedagogias, processos e ações que sejam capazes de formar sujeitos sociais, em um processo que as aprendizagens são inseparáveis dos contextos e das relações sociais, sempre colocando em pauta a realidade pertencente aos sujeitos e que sejam oferecidas condições de formarem homens e mulheres capazes de fazerem a leitura de mundo e da realidade que os cercam.

Nesse processo, é necessário que a história e outras narrativas sejam recontadas, que confrontem o modelo oficial de educação e sua pedagogia. Os movimentos tecem pedagogias de resistência, pedagogias de libertação/emancipação. No momento em que o sujeito reconhece que as aprendizagens na qual ele está inserido são incompatíveis com o seu viver social, surge uma demanda por um novo processo de ensino e aprendizagem. O modelo de que o segregou como sujeito, que o considerou como mero objeto de pedagogias hegemônicas, provoca nos sujeitos uma rejeição e a necessidade de construção de pedagogias na qual eles sejam vistos e pensados como sujeitos (ARROYO, 2014).

Ciente de tal realidade, somado ao contexto em que o pragmatismo e tecnicismo respiram ares hegemônicos no contexto educacional brasileiro, diante dessa lacuna, organizações, movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outros setores

organizados da sociedade precisam desenvolver suas pedagogias e sua dimensão educativa (Gonh, 2012). Falar em caráter educativo dos movimentos sociais. Segundo a autora, a educação é autoconstruída no processo educativo, valorizando as experiências geradas nas fontes de empoderamento na luta por direitos sociais, na aprendizagem gerada pelo exercício sistemático a partir de estratégias de reivindicações e formação de sujeitos, inseridos dentro de uma agenda política.

O CDVDH tem, em seu *ethos* institucional, uma marcante atuação educativa. Está prevista nos objetivos e em seu estatuto de fundação. A organização vê na educação uma forte estratégia de prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo, como também em seu rol de atuação na região da Amazônia Oriental Maranhense. Considerando os sujeitos envolvidos no processo de sua fundação, forma de atuar, parcerias, educadores e coordenadores que atuam no Centro, aqui, iremos caracterizar a educação promovida pelo Centro dentro da categoria de educação e movimentos sociais, termológica trabalhada pela socióloga e professora Maria da Glória Gohn.

Estudar as ações educativas do CDVDH/CB requer situar em uma compreensão do que seja uma educação não formal, categoria essa que enquadra a educação promovida pelo CDVDH/CB. Cabe de antemão frisar o que seja educação formal e informal. Tomando por base a LDB, em seu Art.1º, temos o seguinte: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996, p.1). Diante do artigo 1º, é possível afirmar que o entendimento de educação previsto na lei é amplo, compreende que ela ocorra em diversos ambientes, onde exista algum tipo de organização social. Mais adiante, no parágrafo 1º do Art.1º, fica especificado que a lei iria disciplinar predominantemente a educação escolar, aquela que é ofertada em instituições próprias de ensino, ou seja a educação formal.

Para Moacir Gadotti (2005), é possível diferenciar a educação formal da educação não formal. Enquanto a primeira possui objetivos, legislação que regulamenta, parâmetros e meios claramente definidos e tem como local de ocorrência principal instituições de ensino, sua gestão normalmente centralizada, se organiza através de uma estrutura hierárquica, burocrática, que atua em nível nacional, estadual e municipal, formando um sistema educacional preestabelecido.

Tal estrutura faz-se percebida através dos currículos e das leis, portarias e da fiscalização do Ministério da Educação. A educação não-formal, por outro lado, ocorre valendo-se de um menor grau de sistematização e de burocratização, ocorrendo, geralmente, em movimentos sociais e organizações não governamentais. Ainda sobre educação não formal, Gadotti afirma:

Gostaria de definir a educação não-formal por aquilo que ela é, pela sua especificidade e não por sua oposição à educação formal. Gostaria também de demonstrar que o conceito de educação sustentado pela Convenção dos Direitos da Infância ultrapassa os limites do ensino escolar formal e engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não-formais, que desenvolvem a autonomia da criança. Como diz Paulo Freire “Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação” (FREIRE, 1997, p. 50 apud GADOTTI, 2005, p.02).

Diante das contribuições de Moacir Gadotti, Paulo Freire e da LDB, é possível entender a amplitude da educação não-formal. O aspecto vivências, aprendizagens e significação é fio condutor dessa educação. Mas, é possível também afirmar que esse tipo de educação pode-se apresentar como uma atividade organizada e sistemática, mas conduzida a efeito fora do sistema formal. Alguns teóricos a definem impropriamente de “educação informal”: defesa equivocada, uma vez que esse tipo educação é previsto em lei e é conduzida por instituições da sociedade, Gadotti (2005). Diversos são os espaços onde a educação não-formal pode acontecer, seja no movimento social, Organizações Não-Governamentais, igrejas, sindicatos, partidos, mídia, associações de bairros, etc. Marcante nesses espaços a relação tempo, espaço e públicos, na ocorrência dessa educação, a flexibilidade é um importante fator a ser enfatizado. Na educação não formal, a aprendizagem acontece no local da luta política. A esse respeito, Gohn define os espaços de abrangência dessa educação:

A educação não formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. Participar de um Conselho de escola poderá desenvolver essa aprendizagem. O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem comunitariamente, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos. O quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados (GOHN, 2011, p.107).

Durante o trabalho aqui desenvolvido, deparamo-nos com as dimensões dessa educação não formal destacada por Gohn, no caso do CDVDH/CB, uma maior proeminência pode ser verificada no primeiro aspecto quanto ao aspecto que envolve aprendizagens dos cidadãos, essa aquisição de conhecimento e conscientização acontece nos momentos de construção da luta política, o terceiro aspecto dessa dimensão são as aprendizagens adquiridas no exercício da vida comunitária, vivenciadas nas diversas atividades promovidas pelo Centro.

2.5 Algumas considerações sobre Direitos Humanos

O tema direitos humanos é corriqueiramente propalado nos mais diversos espaços, diversas matrizes filosóficas tratam o assunto. Ruiz (2014) afirma que figuras como Hitler e George Bush, socialistas, capitalistas, liberais e pós-modernos pautam a temática dos direitos humanos. A linguagem dos direitos humanos está presente na agenda da política e debates públicos, sendo conduzido pelas diversas matrizes de pensamento.

Em concordância com Ruiz (2014), em nome dos direitos humanos, são promovidas torturas e até se justificam invasões a países. Por outro lado, sob o viés dos direitos humanos, muitas sociedades, a partir de seus governos e da sociedade civil, têm promovido um debate regulador de políticas públicas. As principais dimensões desse debate nos dias atuais consistem nas seguintes pautas: democracia, liberdades, saúde, educação, habitação e a forte extensão dada a luta por políticas afirmativas.

Na história, a construção da concepção de direitos humanos antecede as revoluções burguesas. Essas ideias já estiveram presentes no pensamento que combateu o absolutismo e a sociedade feudal, os direitos humanos era tema central no arcabouço que legitimava socialmente o novo regime. Tonet afirma o seguinte:

Ele [o conceito de direitos humanos] tem uma história complexa e sofreu muitas alterações desde a sua elaboração inicial até o momento presente. [...] Os chamados direitos humanos foram oficialmente proclamados pelas primeira vez, nas constituições dos Estados Unidos e da França, entre 1776 e 1789. Sua afirmação, porém, como sobejamente sabido, é muito anterior e vem inserida no combate ao absolutismo e à sociedade feudal (TONET, 2002, p.2 apud, RUIZ, 2014, p.47).

A sociedade burguesa foi-se consolidando juntamente com o aporte legal dos direitos humanos. Das dimensões que abordam os direitos humanos em uma perspectiva filosófica, o marxismo faz uma crítica à forma como os direitos humanos

são discutidos enquanto demanda social.

Segundo Trindade (2014, apud RUIZ et al., 2014, p.283), que discute ponderações a respeito da incompatibilidade entre o marxismo e direitos humanos, destacamos duas delas: uma recai sobre a ilusão de que as desigualdades sociais perante a condição jurídica e política do homem cidadão presente nas constituições burguesas não perturbariam a fantasiosa ideia de igualdade “essencial” entre os homens; a outra incide sobre a ultrapassagem da emancipação política. Marx não foi contra ela, nem contra os direitos humanos, mas desvendando sua insuficiência, por limitarem-se, emancipação política e direitos humanos a fronteiras de interesse da burguesia. A crítica de Marx reside nos limites do estado burguês para a efetivação dos direitos humanos, e vai além, podendo servir como instrumento de dominação de classe.

Os direitos humanos vêm de um acúmulo na busca de consolidar ideário burguês da modernidade, presente no mundo contemporâneo está o aspecto econômico, político e jurídico. A esse respeito, Bobbio, pontualmente, afirma que os direitos são mutáveis. Para ele, é impossível desassociar os direitos da história. Diante disso, afirma:

Os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente [...] Não é difícil de prever que, no futuro, poderão surgir novas pretensões que no momento sequer podemos imaginar. O que demonstra que não existem direitos por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e uma determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas (BOBBIO, 2004, p.19).

No âmbito da legislação brasileira, a Constituição Federal de 1988 trouxe no que tange os Direitos Humanos Fundamentais um novo rol de segurança aos cidadãos, dentre elas, os direitos e garantias individuais e coletivas contemplando a vida, a igualdade, a dignidade, a honra, a segurança, a propriedade e a liberdade. A constituição estabeleceu novas garantias de direitos para os sujeitos e novas responsabilidades para o Estado brasileiro.

As constantes mudanças nas necessidades por garantia de direitos têm movimentado a agenda política de governos e de movimentos sociais, diversas áreas têm debatido o tema e apresentado suas reivindicações e propostas a partir de seus coletivos, dentre eles, realçamos a área educacional. Os movimentos sociais têm buscado o aporte educacional para conscientizar suas bases em torno dos seus pleitos.

3ª SEÇÃO

3 AMAZÔNIA ORIENTAL, GRANDES PROJETOS, INTEGRAÇÃO REGIONAL E A BUSCA POR TRABALHO

“Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profano e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a posição social e as suas relações com os outros homens.”

Karl Marx e Friedrich Engels

Esta seção apresenta a região compreendida como Amazônia Oriental, o processo de ocupação, os grandes projetos, a atuação dos diferentes sujeitos, a política de integração nacional desenvolvida pelos militares e todo o seu aparato governamental na busca de garantir a ocupação dessa região e analisa as diferentes diásporas do trabalhador no processo de ocupação.

3.1 A Amazônia Oriental e suas diferentes vocações econômicas

A vasta imensidão territorial conhecida como Amazônia é um rico ecossistema situado na América do Sul. Do seu total de sete milhões de quilômetros quadrados, 60% pertence ao território brasileiro. A Amazônia corresponde a mais da metade das florestas tropicais existente no planeta e abrange a maior biodiversidade em uma floresta tropical no mundo e “[...] é um dos seis grandes biomas brasileiros. A Amazônia é a maior reserva de biodiversidade do mundo e o maior bioma do Brasil – ocupa quase metade (49,29%) do território nacional” (BRASIL, p. 08 2009). Esse bioma cobre totalmente cinco Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), quase integralmente Rondônia (98,8%) e parte significativa do Mato Grosso (54%), Maranhão (34%) e Tocantins (9%) (BRASIL, 2009).

Essa diversidade e riqueza contida na Amazônia, seja da fauna, da flora, dos minerais, da terra, dos povos da floresta e dos conhecimentos, são ainda incipientemente investigados. Na busca constante por novos mercados e mercadorias, pela parceria com o Estado e por mão de obra barata, a Amazônia é ocupada. A esse respeito Marx e Engels (2007, p.43): “Impelida pela necessidade de

mercados sempre novos, a burguesia invade todo globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte”. Atuando em parceria com a iniciativa privada, sistematicamente o governo brasileiro tem negligenciado o espaço amazônico no que se refere ao processo de ocupação e exploração. A omissão em olhar os povos tradicionais, em fiscalizar os impactos na fauna e flora trouxe consideráveis transformações no ecossistema da região. De acordo com a geógrafa Bertha K. Becker, especialista na região, acerca das mudanças no cenário amazônico:

A rapidez das transformações e a centralização da informação e da decisão no regime militar que vigorou por vinte anos (1964-1985) dificultaram, contudo, o conhecimento objetivo dos fatos, favorecendo representações simplificadoras sobre a Amazônia. O Ufanismo do discurso oficial e a denúncia do saque feito pelos grupos econômicos deixam pouco espaço para a ação construtiva de milhares de pequenos produtores e trabalhadores que não são apenas vítimas, mas sim também os principais artífices da formação regional (BECKER, 1990, p.7).

Enquanto a Amazônia não tem a atenção merecida por parte do governo, na perspectiva de preservar o patrimônio regional e nacional, ela vem sendo rapidamente ocupada pelas multinacionais, um processo que caminhou no sentido da concentração da terra, riqueza e poder. Essa foi a estratégia adotada na distribuição das terras devolutas beneficiando os detentores do grande capital, a partir de seus grandes projetos sem qualquer política que desenvolva redução de danos, colocando em xeque a existência dos povos da floresta e os recursos naturais. Do lado dos fragilizados, o processo de ocupação é quase espontâneo e a floresta é vista como paraíso perdido, eldorado, um espaço cheio de simbologias, sonhos provocados pelos discursos do progresso, construídos por imagens e propagandas constituídas na relação entre o governo e a iniciativa privada, contrastando com exploração, violência e doenças regionais.

Podemos, então, falar de duas “Amazônias”, com projetos de ocupação distintos e de forças desproporcionais. De acordo com Picole (2006, p. 12): “Um espaço complexo onde jorra mel, leite e sangue, que envolve os marginalizados, os despossuídos, os grupos econômicos, os jagunços e os pistoleiros, determinando-se dois mundos distintos [...]”. Em um contexto de quase total isolamento geográfico as práticas de violências são recorrentes e passam a ser a lei do lugar. No processo de união entre o estado militar e os grandes capitalistas, pautado no formalismo jurídico e poderio econômico, Ferraz (1998) afirma que o caboclo não tem condições intelectuais de resistir.

Os grandes projetos, a abertura de estradas, ferrovias, a construção de hidrelétricas, o Grande Projeto Carajás – GPC⁹, ações governamentais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), autarquia do governo, criada pelo presidente Castelo Branco em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica, e somados a esses os que vinham em busca de garimpos e outras oportunidades oferecidas aos aventureiros, “[...] o principal responsável pela organização do que veio a ser conhecido como GPC e dos empreendimentos que ficaram dessa iniciativa foi e continua sendo a Companhia Vale do Rio Doce [...]” (CARNEIRO, 2013, p.41). De forma majoritária, esse processo de ocupação da Amazônia foi marcado por um caráter de insustentabilidade socioambiental. Ainda sobre os grandes projetos:

Os grandes projetos econômicos orientados através da construção de usinas hidrelétricas, estradas, ferrovias e usinas siderúrgicas são entendidos como empreendimentos de grande porte, por movimentarem com intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energias e território, alterando assim significativamente a dinâmica regional. (REIS, 2013, p.254).

A acelerada ocupação do espaço urbano teve, nos grandes projetos, o seu motor propulsor. É marcante ausência de políticas públicas que pudessem garantir um desenvolvimento da região e oferecesse condições aceitáveis aos moradores e migrantes, que vinham em busca de frentes de trabalho e na região ficavam muitas vezes para constituir novas relações, por não ter condições de regresso, ocasionando periferias às margens do “progresso”, o que criou um exército de desocupados, sem perspectivas, alvos fáceis para serem aliciados na superexploração nas empresas, na prostituição, na pistolagem e para o trabalho escravo. Esse processo de integração nacional não representa, na prática, o discurso da modernização e de oportunidades sugerido pelos defensores da globalização. A esse respeito, Martins:

A modernidade não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem como sugere a globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais de desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria da globalização, dos que têm sede e não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e ao mesmo tempo, apenas aparece ser para todos (MARTINS, 2008, p. 19).

⁹ Daqui em diante sempre assim.

Essa logística que beneficia os grandes empreendimentos e projetos no espaço amazônico tem, na Amazônia Oriental, suas particularidades e marcas que evidenciam o processo de ocupação pautado pelo grande capital. A modernização é uma vitrine que pertence a poucos e que muitos apenas observam. O espaço geográfico denominado de Amazônia Oriental, de acordo com Becker, está:

Situada estrategicamente no contato entre os centros dinâmicos do Centro-Sul e a bacia de mão-de-obra do Nordeste, a Amazônia Oriental foi a primeira área a ser povoada na expansão recente da fronteira, tendo como eixo de penetração a rodovia Belém-Brasília. Compreende hoje o sul e leste do Estado do Pará, o norte de Goiás [atual Tocantins], e o oeste do Maranhão. (BECKER, 1990, p. 98).

Novas fronteiras vão sendo demarcadas, agora com a construção de um novo arranjo produtivo local. A Amazônia, que tinha na economia da madeira, da borracha, da castanha suas principais atividades, passa a ter novos investimentos vindos de grandes e médios fazendeiros e pecuaristas do Sul, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Foi-se forjando um cenário de disputas e alianças. De acordo com Becker (1990), um movimento regionalista no norte de Goiás ligado a uma fração política da União Democrática Ruralista – UDR pressionaram o governo federal para criação do estado do Tocantins. Por outro lado, profissionais liberais e comerciantes e donos de terras, em aliança com a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, conseguiram criar dois novos municípios – Parauapebas e Curionópolis. Ambos faziam parte da jurisdição de Marabá. O primeiro, em seu território tem a gigantesca Serra dos Carajás e o segundo foi sede da Serra Pelada¹⁰, o maior garimpo a céu aberto do mundo. Dessa forma, foram realizados os ajustes das fronteiras aos interesses econômicos e políticos.

3.2 Grandes projetos e a Amazônia Oriental Maranhense

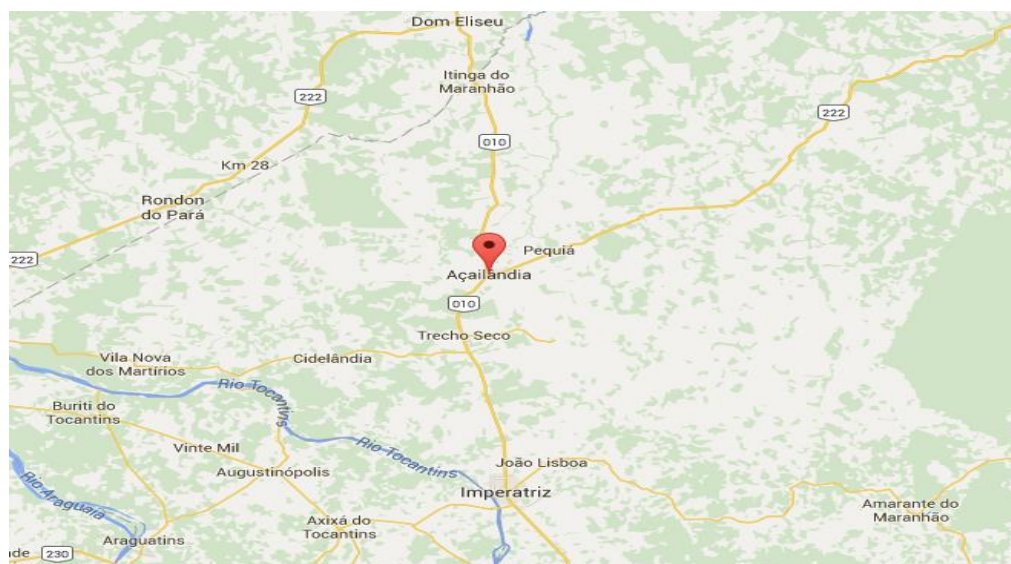
O espaço compreendido como Amazônia Oriental Maranhense será nosso

¹⁰ No final do ano de 1979, início de 1980, descobre-se, por coincidência, ouro na fazenda Três Barras, localizada entre as cidades de Marabá e Serra dos Carajás. Como é de costume na região onde desde 1976 surgem garimpos e onde, devido ao alto preço do ouro, cada vez mais fazendeiros estão investindo na prospeção de ouro em suas terras. [...]o dono da fazenda fornece alimentos e ferramentas para um grupo de garimpeiros e libera mediante o pagamento de uma taxa de 30% da produção de ouro, a área para a garimpagem. Ao contrário dos outros garimpos da região, a ocorrência de ouro na fazenda Três Barras se mostra altamente rica. Num período de duas semanas, as três equipes que trabalhavam na área produziram mais de oito quilogramas de ouro. Depois que um comprador de ouro em Marabá espalhou a informação sobre essa jazida promissora em poucos dias, mais de 1000 pessoas chegaram à Serra Pelada - nome dado ao garimpo baseado em uma serra vizinha sem cobertura vegetal (MATHIS, 1995, p.4)

ambiente do recorte espacial de estudo. Região em que é fácil perceber as contradições do modelo de produção capitalista, um arranjo produtivo regional rico, mas marcado por alto índices de utilização de mão de obra escrava. Neste espaço, é fácil notar a engrenagem desse projeto de integração nacional construído a partir da década de 50. Destaque para duas cidades, Imperatriz, município conhecido como capital nacional da energia, e Açailândia, como cidade do aço, denominação recebida em decorrência do grande número de siderúrgicas com sede no município (CARNEIRO, 2013)

Açailândia é entroncamento rododiferroviário. A cidade é cortada pela BR 222, Belém – Brasília/BR 010, Ferrovia Norte/Sul e Estrada de Ferro Carajás, ligando todo esse arranjo produtivo local ao Porto de Itaqui e Porto da Madeira, na capital do estado, São Luís – MA. Na contramão do desenvolvimento, Imperatriz tem o título de capital da pistolagem (TEIXEIRA, 2016) e Açailândia como cidade que mais fornece mão de obra escrava no Brasil. O município de Açailândia, em 2015, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, tinha uma população estimada 109.985 (IBGE, 2016).

Mapa 1 – Cidade de Açailândia



Fonte: Google Maps (2016)¹¹

Açailândia recebeu, no final da década de 1980, empresas que atuam na produção de ferro gusa, que antes encontrava-se exclusivamente no estado de Minas Gerais (CARNEIRO, 2008). O deslocamento da produção guseira para região

¹¹ Extraído do endereço: <https://www.google.com.br/maps/place/A%C3%A7ail%C3%A2ndia,+MA/@-5.0412439,-47.941284,9z/data=!4m5!3m4!1s0x92c5f45b28bb04f3:0x99f69a0a4ecd9b6b!8m2!3d-4.9539357!4d-47.5030772!5m1!1e1> Acesso em: 25 de julho de 2016.

só foi possível por conta da logística e dos recursos minerais presentes na Serra dos Carajás no município de Parauapebas-PA.

Esse deslocamento da produção guseira para a Amazônia Oriental esteve relacionada com alguns incentivos (isenção fiscal e subsídios) oferecidos pelo governo federal no âmbito do denominado Programa Grande Carajás e da construção, por parte da Cia. Vale do Rio Doce, da infraestrutura para escoamento do minério de ferro de Carajás, através de uma moderna ferrovia e do porto da Ponta da Madeira em São Luís (MA) (Carneiro, 1889, apud CARNEIRO, 2010).

Nesse período, foi marcante a articulação entre o estado brasileiro e os grandes investimentos na região. De um lado, o favorecimento de novas infraestruturas, que garantissem a logística de exportação, principalmente de minério de ferro. De outro, ausência de políticas focadas nos interesses das populações locais e na sustentabilidade socioambiental, que pudessem garantir melhores condições de vida às populações que ficar margeadas pelos grandes projetos.

3.3 Há vagas, as diásporas na busca do trabalho

O planeta se transforma, mudanças cada vez mais acentuadas e rápidas. Homens e mulheres deslocam-se de um lado para outro, grande parte destes movidos pela busca de trabalho. A Amazônia passou a sofrer grandes transformações, principalmente a partir da segunda metade do século XX. O fator econômico foi predominante nessas transformações.

Atividades como a extração mineral/garimpagem, extração de madeira e pecuária impulsionaram a ocupação da região. Essa diversificação das atividades econômicas foi crucial para que a Amazônia passasse a ser vista por empreendedores e trabalhadores das diversas regiões do país. Consequentemente, houve um acentuado aumento da populacional, reorganizou-se a rede de assentamentos humanos na região.

No que tange à ação governamental, os militares, no governo do presidente Garrastazu Médici, criaram o Plano de Integração Nacional – PIN, com destaque para uma das maiores rodovias federais, a BR-230 ou Transamazônica, que tinha por objetivo integrar o Norte ao resto do país (IANNI, 1979).

O aumento representativo dos fluxos migratórios é uma evidente realidade, seja nos países desenvolvidos ou em “desenvolvimento”, como é o caso do Brasil. Na Amazônia, o fator econômico é propulsor desses movimentos. A situação de

miséria impulsiona os trabalhadores à busca de trabalho, de ganhos vultosos que podem mudar suas realidades. Homens e mulheres de todas as idades rumam para o “eldorado”, em busca de ouro, de madeira e a ação empreendedora de muitos levou para o desconhecido, alguns com projetos de vida, a maioria sem projetos claros e sem a perspectiva do regresso. E, assim, a Amazônia passou a ser ocupada (COTA, 1984, p.32).

As frustrações, diante da empreitada amazônica, eram dos dois lados, tanto dos trabalhadores quanto dos pequenos e grandes empresários. A diferença é que os trabalhadores geralmente ficavam à mercê da própria sorte, sem moradia, sem dinheiro sofrendo todo tipo de privação, e sujeitos às formas mais precárias possíveis. O grande empresário, diante da frustração, vive outra realidade. Segue um exemplo dado por Cota:

Os mitos do Eldorado e do progresso se fundem nos sonhos de um milionário americano (Daniel K. Ludwig), que desejou construir um império na Amazônia. Como nas histórias de Walt Disney, repete, de forma ampliada, a façanha também fracassada de seu conterrâneo Henry Ford 40 anos antes. Jari e Fordlândia constituem as cidades-fantasmas desses cowboys modernos na corrida do ouro de além-mar (COTA, 1984, p.34).

Foram inúmeras as famílias que não alcançaram seus objetivos de ter um pedaço de terra, a sorte no garimpo e melhores salários. O insucesso na busca pela grande oportunidade por parte dos trabalhadores, as dificuldades financeiras, em muitos casos, não oportunizaram o regresso do trabalhador para seu local de origem. A permanência dos migrantes contribuiu para a formação de um exército de reserva, este por sua vez disposto a qualquer trabalho, geralmente precário e sem registro. Nessas condições, é necessário destacar que a exploração do trabalhador se enquadra em um estágio mais avançado na região, chegando a um caso de superexploração, de acordo com Picole (2006). Expediente estratégico comum utilizado pelos empregadores é a aplicação de força e violência. Sobre a oferta de mão-de-obra na Amazônia, Picole afirma:

A força de trabalho da Amazônia é constituída pelo processo de marginalização social da região e das demais partes do país. São trabalhadores despossuídos e marginalizados, que buscam suprir as necessidades básicas de subsistência para si e para reproduzir a força de trabalho futura. Os trabalhadores do setor de transformação de madeira, por serem indivíduos represados no processo histórico, por meio de sucessivas frustrações, migram para a região em busca de novas alternativas para subsistir e se reproduzir, tendo a proletarização nas indústrias madeireiras com alternativa (PICOLE, 2006, p. 185).

Sem a garantia do regresso para seu local de origem, os estradeiros da

Amazônia foram ocupando a floresta e as cidades. Um número significativo de homens e mulheres passam a viver no trecho, em busca de melhores dias, seguindo os canteiros de obra, dos anúncios dos “gatos”, das promessas que muitas vezes se tornam frustrações, perambulam ao longo da ferrovia, sem emprego e sem-terra, nas periferias de cidades, levando ao inchaço urbano, com destruição de fontes de água e desmatamentos, violência urbana e vulnerabilização dos trabalhadores à superexploração do trabalho e ao trabalho escravo. Em muitos casos, perdem até o direito de ir e vir. De acordo com o CDVDH, eles seguem em busca de sonhos:

Os “peões do trecho” migram, “giram”, para construir uma vida melhor. É comum ouvirmos: “...acredito que um dia vou dar uma vida melhor para minha família!” ou “...meu sonho é dar uma casa para minha vó e uma bicicleta pro meu filho”; “... Só volto para casa quando ganhar um bom dinheiro”. Nesse sentido, percebe-se que agem como super-heróis, persistindo em seus sonhos (CDVDH, 2011, p. 40).

Percebe-se que esse trabalhador andarião da Amazônia tem uma cultura própria. Ir e voltar nas mesmas condições é vergonhoso, é frustrante, carregam o sonho de oferecer uma vida melhor para suas famílias. Se a jornada passada não rendeu bons frutos, a seguinte pode ser diferente, e assim homens e mulheres seguem, acompanhados ou sozinhos, a procura da melhor oportunidade pode estar ali adiante, e assim seguem perambulam no chão amazônico.

3.4 Amazônia Oriental: um espaço de contradições

Desigualdade econômica é marca da sociedade capitalista contemporânea. O Brasil é um país que se destaca no cenário mundial pelos altos índices de concentrações de renda. Esse desequilíbrio na distribuição de renda ganha destaque principalmente nas regiões Norte e Nordeste. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (PNUD, 2013, p.13), “Internamente, o país ainda apresenta, hoje, grandes desigualdades. São vários Brasis dentro do Brasil. É possível encontrar municípios em que a renda *per capita* mensal é de aproximadamente R\$ 1.700,00, e outros em que o cidadão ganha, em média, cerca de R\$ 210,00.” O referido relatório destaca que é possível encontrar, no Sul brasileiro, municípios com esperança de vida, ao nascer, de mais de 78 anos, enquanto no Nordeste brasileiro há municípios em que um cidadão, ao nascer, tem expectativa de vida menor que 66 anos. O recorte geográfico feito em nosso trabalho nos remete a analisar, ainda que brevemente, as contradições sociais

apresentadas na região da Amazônia Oriental, com destaque para o município de Açailândia.

De acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2010), a população total do Maranhão, de aproximadamente 6.574.789 habitantes, respondendo por cerca de 3,4% da população brasileira (190.755.799 habitantes) é pouco mais de 10% da população do Nordeste (53.081.950 habitantes). Analisando o número total de habitantes no Maranhão, cerca de 4.147.149 residiam na área urbana (63%) e 2.427.640 na área rural (36%), apresentando o menor índice de urbanização dentre os estados brasileiros, o que indica que a estrutura econômica permanece fortemente ligada ao setor primário. A imagem abaixo representa um pouco das contradições presentes na região. A imagem apresenta duas realidades divididas apenas pela BR 222. De um lado uma grande siderúrgica localizada em Açailândia, no distrito industrial de Piquiá. À frente da empresa, é possível ver a pobreza que rodeia os grandes projetos, ao fundo das casas os trilhos da estrada de ferro Carajás, que escoia o minério da região até o Porto de Itaqui e da Madeira na capital maranhense em São Luís.

Fotografias 1 e 2 – Extremidades da BR 222, Trecho no Município de Açailândia – distrito industrial de Piquiá.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Para desenvolvimento dos grandes projetos, faz-se necessário uma mudança no jeito de produzir, na forma de manejo dos recursos naturais, a escala de produção, passa da pequena para grande escala. O camponês, o pequeno produtor, o “peão do trecho”, os andarilhos da Amazônia que seguem o canteiro de obra,

esses homens quando não são agregados às atividades produtivas, em decorrência de sua quase desqualificação profissional, ficam perdidos nas periferias das cidades e povoados.

Com o desenvolvimento dos grandes projetos, uma consequente transformação é a desorganização da economia local, a pesca tradicional/artesanal, o extrativismo vegetal (muitos fazendeiros venderam todo o babaçu dos babaçuais para as siderúrgicas para ser utilizado como carvão vegetal, impedindo as quebradeiras de coco babaçu de realizar a coleta do fruto, descumprindo a lei do babaçu livre, e afrontando um meio de sobrevivência de muitas comunidades tradicionais, constituindo assim crime ambiental) e a agricultura familiar. Na medida em que o arranjo produtivo local muda de forma substancial, provoca um choque e uma desorganização da economia local e as atividades econômicas tradicionais vão sendo substituídas por atividades de dimensão empresarial que exigem a mobilização de grande quantidade de terras, equipamentos e pessoas. As transformações nos hábitos e costumes dos grupos sociais tradicionais, que transformam seus modos de produzir e viver, passam a sentir a influência de novos valores culturais, econômicos e sociais. A esse respeito, Reis e Sousa afirmam:

Esse modelo de “desenvolvimento” considerava as estruturas sociais e econômicas preexistentes como atrasadas, sendo incapazes de impulsionar processos de desenvolvimento. Só através de instrumentos modernos, pautados na difusão da atividade industrial, é que a região poderia se desenvolver. É diante desse cenário que é criado o município de Açaíândia, em 1981 [...] (REIS; SOUSA, 2014, p.10).

Os grandes projetos econômicos na região são orientados através da construção de usinas hidrelétricas, estradas, ferrovias, e usinas siderúrgicas. São entendidos como empreendimentos de grande porte, por movimentarem vultosos montantes de capital, força de trabalho especializada e não especializada, recursos naturais, energéticos e territoriais, alterando, assim, significativamente, a dinâmica regional. A esse respeito, Santos comenta:

No momento em que o Projeto Grande Carajás surge na Amazônia, começa a interferir no universo da cultura tradicional, oferecendo uma nova proposta de trabalho e de vida. Muitos aceitaram e tiveram fácil adaptação, outros não conseguiram completamente, enquanto houve um outro grupo que foi incapaz de se adequar a essas mudanças em seu universo econômico, social e cultural (SANTOS, 2011, p. 86).

De acordo com Carneiro (2013), no entorno de Açaíândia, nos últimos anos, foi realizado o desmatamento de grandes áreas de vegetação nativa para implantação de fazendas de gado, produção de carvão vegetal e principalmente

para o plantio de eucalipto, este para extração de madeira para produção do carvão vegetal, que visava atender a Celmar S/A Indústria de Papel e Celulose, que pretendia produzir celulose, com a aquisição pela empresa Ferro Gusa Carajás, buscando suprir as necessidades das fábricas de ferro gusa da região.

No momento, as plantações de eucalipto visam atender principalmente a demanda da empresa Suzano Papel e Celulose S/A, empresa que entrou em operação no ano de 2013, que ocupa o segundo lugar na produção de celulose de eucalipto e tem uma de suas sedes na cidade Imperatriz, a 70km de Açailândia. O desenvolvimento dessas monoculturas tem causado destruição da floresta amazônica e de áreas do cerrado. A expansão da monocultura, destaque principalmente para a soja e o eucalipto, deixam solos em processo de empobrecimento e desertificação, além da contaminação dos arredores por agrotóxicos, corretores de solo e outros poluentes. Sobre a falsa ideia de que os grandes projetos trazem melhorias para a vida das populações locais, Carneiro afirma:

À primeira vista, a expansão do agronegócio no Maranhão poderia indicar uma tendência do trabalho assalariado e dos conflitos trabalhista no campo. Entretanto, não é esse o quadro identificado, haja vista o número limitado de empregos (permanentes e temporários) gerados pela grande propriedade, bem como as dificuldades para registro das diferentes formas de manifestação dos conflitos entre capital e trabalho nas atividades agrícolas (CARNEIRO, 2013, p. 32).

O PGC, implementado na Amazônia oriental nos anos 1980, os seus resultados, 30 anos depois, podem ser verificados facilmente, diante do crescimento econômico, no caso do Maranhão, que é a 16ª economia entre os estados brasileiros. Apesar disso, a visível expansão econômica não reflete na qualidade de vida da população maranhense que vive no entorno da região, onde se desenvolveu o projeto de exploração mineral. Resultado contrário ao da grande expansão econômica é a situação dos péssimos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento no Brasil (PNUD), contrastando com sua posição econômica, figura como o 26º lugar no IDH. Essa desigualdade vem ocasionando a precarização das relações de trabalho, alto grau de exportação de trabalhadores para trabalho escravo, péssima assistência à saúde e à educação, altos índices de violência urbana e rural MARANHÃO (2016).

Nesse cenário de visível pobreza, ao avesso do desenvolvimento, o PGC gerou concentração de terras, a violência e a miséria no campo, o inchaço urbano, e aumento da concentração de renda, consequência da falta de planejamento urbano nas cidades contempladas pelos grandes projetos. Esse conjunto de consequências provocadas pelos grandes empreendimentos na Amazônia Oriental muda radicalmente o arranjo social, as contradições entre os grandes projetos e aqueles que não tiveram oportunidades. Deixam homens e mulheres à mercê das ‘oportunidades’ que a periferia do capital pode oferecer. Em muitos casos revestidos de “alternativas”, o trabalho escravo aparece na vida de homens e mulheres no chão amazônico.

4ª SEÇÃO

4 POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO E A CRIAÇÃO DO CDVDH/CB

O lucro, em todos os tempos e em todos os povos, quando se constitui em critério e justificativa, se alimenta sempre de sangue e inescrupulosa hegemonia do lucro. Ontem e hoje. Na escravidão clássica, na escravidão africana, nesta atual diluída escravidão, que pode ser o trabalho infantil degradante, ou as maquiladoras nos porões das cidades, ou a peonagem flutuante nas fazendas latifundiárias. Comprar, vender, roubar vidas humanas é um comércio conatural para quem faz da ganância razão da própria vida desumana.

Dom Pedro Casaldáliga

Esta seção discute o trabalho escravo contemporâneo, os sujeitos envolvidos e os poderes que cercam a problemática. Analisa a abrangência do conceito atual de trabalho escravo, e também a política nacional e regional de enfrentamento, com destaque para os I e II planos nacional para a erradicação do trabalho escravo. E, por fim, observar o contexto e as parcerias institucionais que possibilitaram a criação do CDVDH/CB e a história de 20 anos de lutas na promoção dos direitos humanos e a favor das vítimas do trabalho escravo.

4.1 A política de enfrentamento

O combate à escravidão no Brasil tem, na década de 1990, um marco, no momento histórico em que é identificado e qualificado o crime de escravidão contemporâneo, o país reconhece a existência do trabalho escravo em seu território. A partir de então, a sociedade passa a se organizar para enfrentar essa forma extremada de exploração humana. Do outro lado, os escravocratas passam a buscar articulações para abrandar a legislação que qualifica o crime.

O enfrentamento do trabalho escravo no Brasil ocorreu em meio uma cobrança conjunta e articulada de diferentes atores sociais, seja de âmbito internacional, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), organizações de direitos humanos, seja de âmbito nacional, representada por diversos órgãos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (OIT,2006). Nesta articulação, foram constituídas alianças suficientemente densas para levar denúncias da

escravização contemporânea aos organismos internacionais e para obrigar o governo a não ignorar a questão e a adotar medidas urgentes no combate a problemática em questão.

As ONGs Escravo Nem Pensar e Repórter Brasil, produziram um folder que fez um breve balanço dos acontecimentos que marcaram os 20 anos de avanços da política governamental e as ações da sociedade civil no enfrentamento do trabalho escravo, a partir do ano de 1995. Até o ano de 2015, a publicação observa que as fiscalizações já tinham resgatado mais de 47 mil trabalhadores em condições análogas a escravo em todo o país. Até 2013, o trabalho escravo era flagrado principalmente em atividades econômicas rurais, como a pecuária, a produção de carvão e os cultivos de cana-de-açúcar, de soja e de algodão. A partir desse ano, a violação se deu principalmente na zona urbana em setores como a construção civil e têxtil. Está última recorrendo a terceirização de oficinas que utilizam a mão de obra de imigrantes, principalmente com os bolivianos e haitianos (ES CRAVO NEM PENSAR, 2015).

Abaixo segue o panorama dos 20 anos de mobilização na busca da erradicação do trabalho escravo:

Tabela 1

20 ANOS DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL	
1995	Reconhecimento da existência do trabalho escravo contemporâneo por parte do governo brasileiro. O Brasil é uma das principais nações do mundo a admitir o problema em seu território.
1995	Criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, coordenado por Auditores Fiscais do Trabalho, responsável por fiscalizar as condições de trabalho nas propriedades e libertar trabalhadores escravizados. Desde então, foi responsável pela libertação de 47 mil trabalhadores em todo o Brasil.
1996	O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán/CDVDH/CB é uma Organização Não Governamental/ONG, sem fins lucrativos, fundada em 18 de novembro de 1996. ¹² A organização tem reconhecimento de sua atuação no enfrentamento ao trabalho escravo, em nível nacional e internacional.
2001	Fundação da ONG Repórter Brasil, organização dedicada ao combate do trabalho escravo e outras violações dos direitos humanos por meio do jornalismo, pesquisas e ações educativas.

¹² SILVA, Fabrícia Carvalho. *O enfrentamento ao trabalho escravo na Amazônia Maranhense: Uma Análise da atuação do CDVDH/CB no município de Açailândia/MA*. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

2002	Criação do seguro desemprego do trabalhador resgatado.
2003	Elaboração do 1º Plano Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo, em que são previstas ações de prevenção, assistência ao trabalhador resgatado, repressão ao crime de trabalho escravo para a erradicação do problema no país. Instituição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e composta por atores da sociedade civil e do poder público, é responsável por coordenar e avaliar a implementação das ações previstas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Reformulação do artigo 149 do Código Penal de 1940, que proibia “a redução de alguém à escravidão”. O artigo passa a estabelecer a proibição à condição análoga à de escravo e inclui os seguintes elementos: “trabalho forçado”, “jornada exaustiva”, “condições degradantes de trabalho”, e “restrição da liberdade do trabalhador” em sua definição. Criação da Lista Suja (ou Cadastro de Empregadores da Portaria Interministerial, regulado pela Portaria 02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República). O Documento publica, a cada semestre, a relação de empregadores flagrados com mão de obra escrava e que tiveram oportunidade de se defender em primeira e segunda instâncias administrativas, antes de ser confirmado o conjunto de autuações que configuraram a condição análogas às de escravo. Esse cadastro é utilizado por instituições financeiras para evitar créditos e financiamentos a quem empregou esse tipo de mão de obra e a empresas para consultarem o histórico de sua cadeia produtiva.
2004	Chacina de Unaí: assassinato de um motorista e três auditores fiscais do trabalho durante uma operação de fiscalização em Unaí (MG). Fundação do Escravo Nem Pensar! da Repórter Brasil, programa educacional dedicado ao combate ao trabalho escravo por meio de ações de prevenções.
2005	Criação do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, pelo qual empresas brasileiras e multinacionais assumem o compromisso de não comprar matéria-prima de fornecedores que tenham utilizado o trabalho escravo em sua produção.
2006	Fazenda Cabaceiras em Marabá (PA): primeira fazenda expropriada pelo uso de trabalho escravo contemporâneo, na qual foi criado o Assentamento 26 de março. A competência para julgar crimes de trabalho escravo é da Justiça Federal (e não da Estadual), segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).
2007	Maior quantidade de trabalhadores libertados em flagrante: 1.064 trabalhadores na fazenda de cana Pagrisa, em Ulianópolis (PA).
2008	Lançado o II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
2009	Fundação do Assentamento Nova Conquista em Monsenhor Gil (PI): trabalhadores escravos libertados conquistam uma terra por meio da reforma agrária após mobilização.
2011	Libertação de imigrantes escravizados pela marca de roupa Zara: o caso dá visibilidade à exploração de latino-americanos no setor têxtil em São Paulo. A Marca viu suas ações despencarem na bolsa de valores.

2013	Maior condenação no país por uso de mão de obra escrava: R\$ 5 milhões de indenização pagos pela empresa Lima Araújo Agropecuária por ter escravizado 180 trabalhadores. Pela primeira vez a quantidade de trabalhadores resgatados do trabalho escravo em atividades urbanas é maior do que a quantidade de casos ocorridos na zona rural devido as libertações na construção civil. Registro dos primeiros casos de haitianos escravizados no Brasil, trabalhando na construção civil, mineração e indústria têxtil.
2014	Aprovação da Emenda Constitucional 81, que prevê a expropriação de propriedades rurais e urbanas nas quais for flagrado o uso do trabalho escravo para a destinação delas à reforma agrária ou programas de habitação.

Fonte: Trabalho Escravo Nem Pensar!, 2015, p.06

Diante desse panorama, que apresenta marcos importantes entre os anos de 1995 a 2014, essas ações procuram minimizar a presença do trabalho escravo na sociedade brasileira, os acontecimentos em pauta apresentam uma melhoria no cenário em discussão, ainda que compostas de falha e ausência de fiscalização mais ostensiva. Logo fica claro que foi construída uma agenda de enfrentamento, composta de mudança na lei, elaboração de dois planos nacionais para erradicação do trabalho escravo, surgimento de organizações não governamentais, com destaque para o CDVDH/CB e as ONGs Repórter Brasil e Escravo Nem Pensar.

Do momento que foi reconhecido o problema pelo governo brasileiro até as primeiras punições dos envolvidos no crime, foram desenvolvidas políticas especializadas que passaram a dar assistência às vítimas do trabalho escravo e apoio de organizações que atuam na área. Por parte da sociedade, houve uma clareza da existência de um problema que precisa ser enfrentado, aqueles que combatem essa prática passaram a desenvolver estratégias para agir de forma sistêmica, buscaram entender como se constroem as alianças dos escravocratas contemporâneos e, conseqüentemente, começaram a desenvolver ações articuladas do poder público e da sociedade civil para enfrentar o problema.

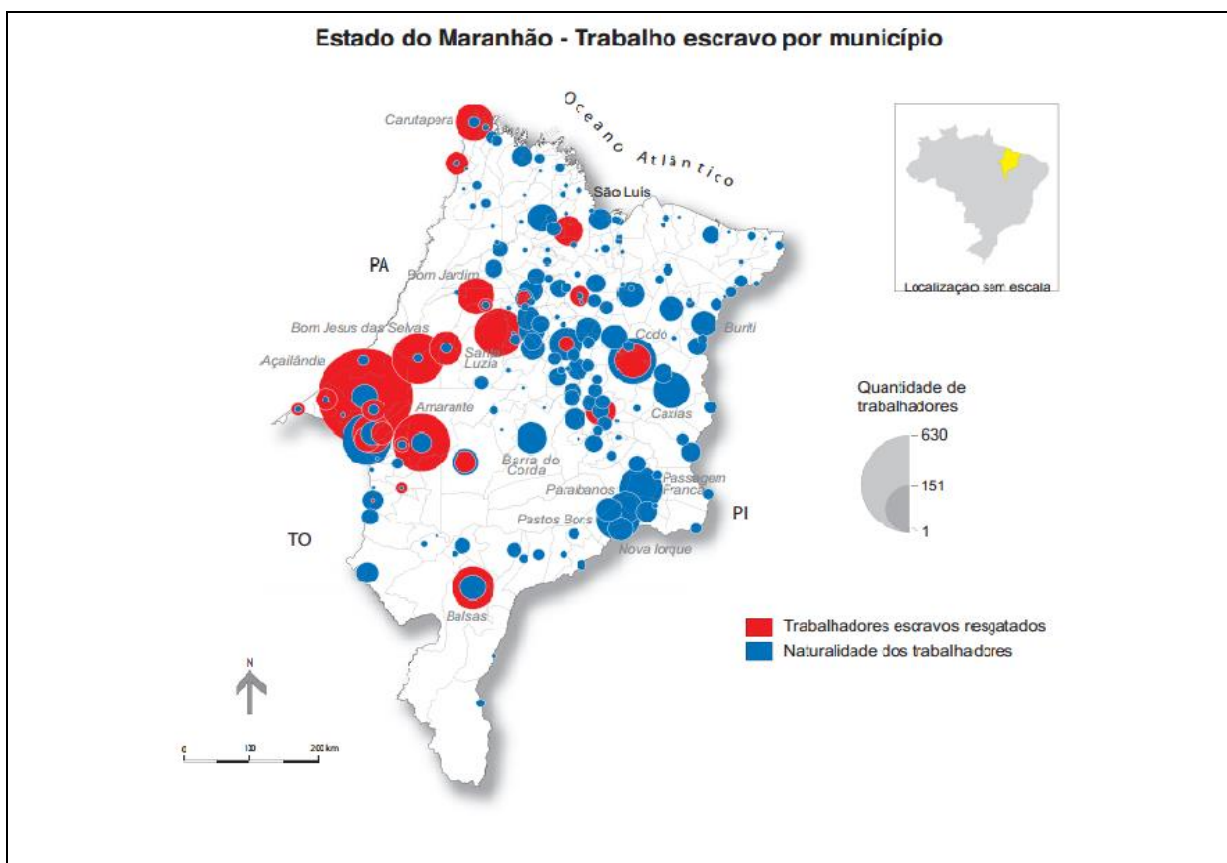
4.2 O Surgimento do CDVDH/CB

Por parte da sociedade civil, organizações populares, movimentos sociais e um notável destaque para a atuação da Igreja Católica, que já vinham desenvolvendo trabalhos na região principalmente relacionados aos conflitos no

campo. O Maranhão registra indicadores que colocam o estado entre os mais pobres da federação, um ambiente marcado por um contexto histórico de grilagem e concentração de terras foi propício para o desenvolvimento da prática do trabalho escravo, principalmente na zona rural, em fazendas e carvoarias da região denominada de Amazônia Oriental Maranhense. Segundo o CDVDH/CB (2011), são duas vertentes, a da ocorrência do trabalho em diversos setores da atividade econômica dentro do estado, e o Estado do Maranhão, como maior exportador de trabalhadores para essa prática ilícita.

A organização Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), reconhecida pelo Ministério da Justiça, existe desde 1989 e atua na promoção dos direitos humanos, cidadania e desenvolvimento. No ano de 2009, a instituição produziu o Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, um mapa construído a partir dos dados da CPT, levantados nas ocorrências entre os anos de 1996 a 2005. Os dados deixam evidente que, na região onde hoje atua o CDVDH/CB, havia a maior incidência do trabalho escravo.

Mapa 2 – Trabalho escravo no Maranhão



Fonte: CPT, 1996-2005, apud, THÉRY, 2009, p. 29.

No caso da Igreja Católica, em 1971¹³, a instituição denunciou a prática do trabalho escravo na Amazônia, as denúncias foram feitas pelo religioso Pedro Casaldáliga, que é bispo prelado emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia. Na época, o clérigo formalizou inúmeras denúncias, em fóruns nacionais e internacionais (PLASSAT, 2002). No ano 1975, a Igreja da região cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o propósito de interagir, assessorar e dinamizar as atividades de apoio aos movimentos sociais no campo e apoiar os segmentos mais expressivos dos posseiros e trabalhadores no solo amazônico, assim afirma Becker (1990). A CPT foi pioneira no acolhimento de denúncias e amparo de trabalhadores vítimas do trabalho escravo e superexploração do trabalho.

Leva-se em consideração o alto índice de aliciamentos de trabalhadores, principalmente para a pecuária e carvoarias sediadas na Amazônia Oriental Maranhense, com acentuado número de denúncias nesse setor da economia. Assim sendo, na busca de contribuir e ter uma organização que fosse referência de apoio aos trabalhadores e no enfrentamento do trabalho escravo e outras graves violações presentes na Amazônia Oriental, no ano de 1996, precisamente em 18 de novembro, membros de movimentos populares e pessoas ligadas à Igreja Católica criaram o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán (CDVDH/CB) de Açailândia/MA, com o objetivo de atuar na defesa e promoção dos direitos humanos. Diante da existência do CDVDH/CB, não demorou para que ele se tornasse referência na região. Sua atuação fez com que a Instituição gozasse de reconhecimento no Brasil e no Exterior e ficasse reconhecida no trabalho em defesa dos direitos humanos.

¹³ Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social, Prelazia de São Félix do Araguaia, MT, outubro de 1971.

5ª SEÇÃO

5 O CDVDH/CB E AS AÇÕES EDUCATIVAS

Na verdade, eu antes de ser resgatado, eu não tinha conhecimento do trabalho escravo, eu trabalhei em muitas fazendas passando a mesma situação, a necessidade sempre me obrigava a ir, por que na cidade que a gente mora não tem oportunidade, então a gente tem se deslocar de cidade em cidade para trabalhar. [...] Eu conheci o Centro de Defesa através de dois amigos meu que fizeram a denúncia, eles conseguiram sair da fazenda, e falaram tudo que estava acontecendo, eles vieram procurar nossos direitos, depois de oito dias nós fomos resgatados de lá e recebemos nossos direitos. Sempre que tem atividades, eu sou convidado e venho contar o que acontece nas fazendas, assim evitar que muitos não caiam na cilada que nós caímos.

Marinaldo Soares Santos, trabalhador resgatado, recebeu o prêmio nacional de direitos humanos em 2016.

A presente seção analisa a pedagogia desenvolvida pelo CDVDH/CB, as contribuições dos teóricos da educação, as atividades, as abordagens e como o CDVDH/CB vem desenvolvendo suas ações educativas, com o olhar voltado para as ações ao enfrentamento do trabalho escravo e outras violações aos direitos humanos. Aqui, fundamentados em livros, documentos e entrevistas, buscaremos conhecer e discutir características marcantes das ações educativas. Entre elas, destacamos as parcerias institucionais, a formação de seus quadros e as metodologias e estratégias de trabalho da instituição. A fala do trabalhador resgatado, aqui presente na epígrafe da seção, expõe alguns aspectos marcantes que envolvem o universo que cerca a relação trabalho escravo e educação, dentre eles: o desconhecimento sobre a legislação e caracterização do trabalho escravo contemporâneo; a intervenção do CDVDH/CB; a participação dos trabalhadores vítimas do trabalho escravo no seu enfrentamento. Durante a seção, conforme o aspecto discutido das ações educativas do CDVDH/CB, iremos inserir as falas dos entrevistados.¹⁴

¹⁴ Para compreender as ações educativas do CDVDH/CB, as parcerias, sua metodologia, os sujeitos envolvidos, educadores e educandos, foram entrevistados os seguintes sujeitos: a secretária executiva, dois educadores, a coordenadora do núcleo da Vila Ildemar e um trabalhador resgatado. No texto serão identificados da seguinte forma: Secretária Executiva, Educador Social/ 1 e 2, a Coordenadora do Núcleo da Vila Ildemar e o Trabalhador Resgatado.

5.1 A atuação do CDVDH/CB

A marcante presença de inúmeras violações aos direitos humanos, com destaque para o trabalho escravo na região da Amazônia oriental maranhense, fez com que a sociedade civil e o poder público comesçassem a desenvolver ações na região, para conter essa violação brutal aos direitos humanos. As organizações ligadas à Igreja, com ênfase para os religiosos ligados da ordem Comboniana que já desenvolviam um trabalho na localidade, associações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e outros setores da sociedade organizada criaram, em novembro de 1996, na Cidade de Açailândia, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia – CDVDH/CB.

Até o ano de 2010, o CDVDH/CB era conhecido apenas como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – CDVDH. A partir daquele ano, a Organização passou a agregar o nome da fundadora espanhola e militante de direitos humanos, Carmem Bascarán (SILVA, 2013).

Contextualizando a fundação do CDVDH/CB a partir de Silva (2013,) podemos afirmar que o CDVDH/CB surge buscando enfrentar as diversas violações aos direitos humanos vivenciadas em Açailândia e municípios circunvizinhos. Região marcada pelas acentuadas contradições do modelo de desenvolvimento econômico capitalista, que levam a uma acentuada exploração da mão de obra dos trabalhadores, principalmente os que atuam na economia subsidiária aos grandes projetos, questão essa já mencionada nesse texto, violações aos direitos das mulheres, tráfico de pessoas, violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, agressão policial, ausência do estado na garantia de direitos básicos: eram alguns dos muitos direitos violados. Porém, desde os primeiros dias, começaram a chegar ao CDVDH/CB as primeiras denúncias referentes ao trabalho escravo contemporâneo. Não demorou para que a instituição reconhecesse que ali estava o grande desafio a ser enfrentado.

A localização do CDVDH/CB é em região acometida pela exploração do trabalho e “assolada pela indústria do carvão vegetal”, que tem em torno de suas atividades a forte presença do trabalho precarizado, sobretudo nas carvoarias que são geralmente de difícil acesso e onde acontecia a prática do trabalho escravo velado em muitas fazendas da localidade (PLASSAT, 2007). Embora, nos anos iniciais, a organização centrasse sua atuação no combate ao trabalho escravo, o

CDVDH/CB sempre esteve atento às diversas violações dos direitos humanos na região. O CDVDH/CB tem uma visão interdisciplinar na forma de atuar, tendo na educação forte aliado. Essa afirmativa pode ser percebida a partir de seus objetivos.

Os objetivos específicos da organização são:

- I. Defender judicial e extrajudicial direitos e interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos garantidos e previstos pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual ou pela Lei Orgânica do Município de Açailândia;
- II Denunciar e combater a violação dos direitos humanos individuais ou coletivos dentro de sua área de atuação;
- III Promover atividades educativas sobre direitos básicos, individuais ou coletivos dos cidadãos;
- IV Divulgar os direitos individuais e coletivos inerentes à pessoa humana, inclusive os previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal do Brasil e nas Leis Ordinárias do País;
- V Defender os interesses infanto-juvenis garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Constituição Federal, pela Lei 8069/90, dentre outras Leis que regulam a matéria;
- VI Reivindicar o cumprimento das funções do Estado no que toca à execução das políticas públicas;
- VII Promover campanhas contra a violência;
- VIII Promover a radiodifusão e qualquer outro meio de difusão para a defesa da vida e dos direitos humanos;
- IX Trabalhar na linha assistencialista para a consecução do objetivo geral do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos nos campos da conscientização, assistência e seguimento de casos concretos, promoção de atividades formativas para crianças e adolescentes, formação de adultos, geração de emprego e renda e quaisquer outras que possam favorecer os citados objetivos (CDVDH/CB, 2015, p. 1 -2).

A partir dos objetivos e dos projetos desenvolvidos pelo Centro ao longo dos seus 20 anos de atuação, é possível perceber seu amplo leque de atuação. Essa abrangência de forças é marcante desde sua fundação, presente nos sujeitos, movimentos e instituições envolvidas. A organização, em decorrência das demandas que chegavam no CDVDH//CB, escolheu ter o foco de suas ações no enfrentamento ao trabalho escravo. No ano de 2016, o Centro completou 20 anos de sua fundação. Durante esse período, o CDVDH/CB vem articulando sua agenda junto aos movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro, organizações populares, instituições diversas em nível nacional e internacional e órgãos governamentais que atuam e dão suporte ao combate ao trabalho escravo.

No decorrer desse período o CDVDH/CB construiu parcerias e consolidou um trabalho na região (SILVA, 2015). Atualmente, o Centro vem buscando se aproximar

dos bairros da cidade de Açailândia, criou dois núcleos: uma na Vila Bom Jardim e outro na Vila Ildemar. Durante esse tempo a organização foi construindo sua identidade institucional. A esse respeito, Gohn discute:

[...] a identidade política dos movimentos sociais não é única: ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras do mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral (GOHN, 2008, p. 444-445).

Durante esse período, o CDVDH/CB desenvolveu diversos projetos, a organização procurou compreender a realidade na qual estava inserida. E, a partir daí, a interagir. Na maioria das atividades o aspecto educativo esteve presente. O CDVDH/CB fez aquilo que o Estado não fez. Foi até os sujeitos, promoveu discussões sobre violações de direitos humanos, levantou demandas, planejou e construiu uma abordagem própria. Foi até em lugares onde a escola não estava.

Fotografia 3 – Teatro de bonecos, discutindo temas sociais



Fonte: CDVDH/CB – Teatro de Bonecos na Vila Ildemar – Açailândia – MA.

No caso do CDVDH/CB, não é difícil identificar essa prática educativa no bojo de sua atuação. A maioria dos projetos, independentemente da área de atuação, sempre levam o caráter educativo dentro de seu programa. Embora o Centro tenha sido fundado em um momento delicado, no que se refere ao trabalho escravo, outras

problemáticas associadas a violações aos direitos humanos, ou mesmo projetos de socialização e promoção humana (que envolvam arte, dança, teatro, balcão de direitos, rádio comunitária, capacitação profissional) estão presentes em seu rol de atividades. Em todos, é possível perceber a presença da educação. Esse aspecto é fundamental em seu *ethos* institucional.

O rol de atividades em torno da atuação dos movimentos sociais, constituem uma relação destes com a educação. A educação desenvolvida em movimentos sociais, associações de classe, sindicatos e ONGs, tem nessa valiosa relação um processo de aprendizagem e produção de saberes, rico e cheio de pertencimento e empoderamento (Gohn, 2012). O aprender passa a fazer sentido para a vida dos sujeitos.

O caráter educativo se constrói na vivência da realidade, as aprendizagens são colocadas em prática. As conquistas, estratégias, planejamentos, articulações de plano de ação, constroem propostas no cotidiano das lutas de reivindicações. Um exemplo prático: uma caminhada em celebração aos 68 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os itinerários da construção da atividade proporcionam ricos momentos de aprendizagem, seja no planejamento das atividades, dos parceiros, do percurso da caminhada, elaboração de textos, levantamento das violações aos direitos humanos na região, peças, danças, do material de divulgação, construção de mídias, *folders*, cartazes, camisetas. Essa rica construção vai possibilitando uma aprendizagem para os sujeitos envolvidos. Muitas dessas experiências não são aprendidas na educação formal. Seguem abaixo algumas imagens que exemplificam as diversas atividades desenvolvidas no CDVDH/CB.

Fotografias 4 e 5 - Atividade de conscientização sobre os direitos humanos.



Fonte: Registro pessoal do autor

Fotografias 6 e 7 – Atividade de conscientização sobre o trabalho escravo e III Encontro com trabalhadores resgatados de fazenda/2016.



Fonte: CDVDH/CB

Fotografias 8 e 9 – Curso de biojoias e avaliação e levantamento de demandas nos bairros.



Fonte: CDVDH/CB

Fotografias 10 e 11 Roda de conversa sobre o trabalho escravo e aula de dança



Fonte: CDVDH/CB

Fotografias 12 e 13 – Capoeira: exposição em praça pública e treinamento no CDVDH/CB



Fonte: CDVDH/CB

As imagens acima representam um pouco do trabalho do CDVDH/CB, o envolvimento de educadores e educandos em atividade de panfletagem, realização de encontros com trabalhadores resgatados. Os trabalhadores de diversas localidades da cidade e região dialogam sobre suas experiências, realizam rodas de conversar e alertam outros trabalhadores sobre a logística e forma de atuar dos escravocratas.

Ainda no que se refere às imagens acima, podemos perceber avaliações coletivas, oficinas de construção de biojoias, que fazem parte de projetos de geração de renda desenvolvidos pela CODIGMA - Cooperativa de Produção de Artefatos de Origem Vegetal, Mineral e Recicláveis. Criada em 2007, a cooperativa foi uma iniciativa para atender trabalhadoras e trabalhadores resgatados do trabalho escravo ou que vivem em situação de vulnerabilidade social, instituição fundada pelo CDVDH/CB. Além disso, destacamos as atividades de arte, dança e capoeira desenvolvida com crianças e adolescentes nas periferias da cidade de Açailândia, que, em datas de referências para a agenda institucional do CDVDH/CB, participam de apresentações em praças públicas e outros espaços onde os mesmos são convidados.

A respeito da formação do dirigente/militante, Gramsci (1991) defende que essa seja articulada com a cultura geral, a formação do pessoal técnico político, deve ser integrada a sua cultura de acordo com as novas demandas sociais, o dirigente deve atuar e interagir de forma colegiada e romper com o tipo tradicional de “dirigente” político, preparado apenas para atividades burocráticas. Durante o

trabalho, percebemos que o educador do CDVDH/CB vincula, em sua atividade de educador, saberes da luta social. De acordo com Gramsci, esses exercícios no trabalho político são relevantes:

Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de integrar a competência coletiva[...] (GRAMSCI, 1991, p. 120).

Diante das ações do CDVDH/CB, sejam elas ligadas diretamente a atividades educativas ou não, está presente uma característica acentuada da educação desenvolvida no movimento social. Segundo Arroyo (2014), os coletivos de trabalhadores (as) vivenciam rituais, símbolos, valores, esforço humano, esse fazer produz identidades que contribuem para humanização e mudanças no pensar e agir dos sujeitos envolvidos. Ainda sobre essas atividades, Gramsci acrescenta: “Indubitavelmente, nesta espécie de atividade coletiva, cada trabalho produz novas capacidades e possibilidades de trabalho, pois cria condições de trabalho cada vez mais orgânicas: fichas, materiais bibliográficos, coletânea de obras fundamentais e especializadas e etc.” (GRAMSCI, 1991, p. 120).

O CDVDH/CB contribui com suas iniciativas, dentro do cenário no qual está inserido. No que se refere à educação no Maranhão, o estado está em destaque no quesito baixa escolaridade. Entrevistas e pesquisas socioeconômicas, revelam acentuados índices de analfabetismo e baixa escolaridade. Defronte de tal realidade, resta quase sempre para o trabalhador a atividade braçal¹⁵, pois esse não consegue postos de trabalho em outras atividades. Importante evidenciar que a referida pesquisa realizada pela OIT (2011), buscou apresentar o perfil dos trabalhadores escravizados no meio rural. Aqui reside o público atendido pelo CDVDH/CB. No aspecto educacional, a pesquisa apresentou a seguinte realidade:

A escolaridade dos trabalhadores entrevistados na pesquisa de campo era extremamente baixa, o que é compatível com atividades que requerem pouca qualificação: 18,3% eram analfabetos, nunca tendo frequentado escola, e 45% eram analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que possuíam menos de quatro anos de estudos completos. O tempo médio de estudo desses trabalhadores era de 3,8 anos (OIT, 2011, p.72).

¹⁵ Entendido por trabalho braçal ou trabalhador braçal aquele que executa tarefas que necessitam de grande esforço físico e recebe por este uma quantia insignificante, exemplo: os cortadores de cana-de-açúcar, ajudante de mestre de obras e na Amazônia Oriental destaque para o roço da juquirá, atividades diversas na pecuária, lavoura e na produção de carvão vegetal.

Para um universo que é marcado pelo baixo nível de escolaridade, torna-se necessário que sejam planejadas metodologias, materiais didáticos e realização de atividades que contemplem a realidade de limites dos trabalhadores que, em sua maioria, ainda não são alfabetizados, além de desenvolver parcerias com movimentos e instituições escolares para contemplar os públicos que se encontram em faixa etária escolar regular.

5.2 As ações educativas

O caráter educativo nas ações do movimento social é característica recorrente. Esses se manifestam no cotidiano das organizações. Aqui é importante discutir o que sejam as ações educativas, sempre levando em consideração que o Centro não é uma instituição de ensino, mas que tem na educação um pilar de suas ações na busca por concretizar seus objetivos. Procurando compreender o lugar das ações educativas no Centro, fizemos a seguinte pergunta para a secretária executiva da organização: Está presente no Estatuto do CDVDH/CB a presença da educação/campanhas educativas? Como vêm acontecendo essas contribuições dos aspectos educativos no CDVDH/CB?

Sim Nosso estatuto em seu Art. 4º estabelece nos incisos citados abaixo, estabelece como objetivos específicos da organização o seguintes pontos relativos à educação: II Promover atividades educativas sobre direitos básicos, individuais e coletivos dos/as cidadãos/cidadãs; III Divulgar os direitos individuais e coletivos inerentes à pessoa humana, inclusive os previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal do Brasil e nas Leis Ordinárias do país; IX - Trabalhar para a consecução do objetivo geral do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán nos campos da conscientização, formação cidadã, organização comunitária, assistência social, atendimento psicossocial e jurídico gratuito de vítimas de violações de direitos em situação de vulnerabilidade social e seguimento de casos concretos de violações de Direitos Humanos. Promoção de atividades socioculturais, esportivas e educativas para crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas, formação profissionalizante de pessoas adultas, geração de emprego e renda e quaisquer outras que possam favorecer o citado objetivo geral e objetivos específicos.

Além do exposto no estatuto entendemos que o caráter educativo é um dos pilares principais da ação do CDVDH/CB uma vez que este tem como foco a transformação social através do protagonismo das pessoas a fim de que estes se tornem autores de sua própria história, se tornando assim sujeitos ativos na sociedade. (Secretária Executiva, 2016).

Diante de uma apreciação do estatuto do CDVDH/CB, podemos perceber o peso que a instituição atribui em seus objetivos para a educação como elemento importante na promoção dos direitos humanos. Aspectos como conscientização e

formação cidadã estão presentes. A Secretária Executiva dá relevo à transformação social do indivíduo através do seu protagonismo para chegada até uma condição de sujeitos de sua própria história e ativos atuantes na sociedade.

No caso particular da ocorrência trabalho escravo, os trabalhadores resgatados são acompanhados pela instituição, recebem apoio jurídico, social, além de inserção em projetos de geração de emprego e renda. No que tange ao aspecto educacional, o Centro vem promovendo encontros e atividades com esses trabalhadores, nessas ocasiões, são relatadas, pelos participantes em reuniões de bairros, associações comunitárias, igrejas e escolas, a forma como acontece o trabalho escravo. Jovens e adultos passam a conhecer as experiências vivenciadas principalmente nas carvoarias e fazendas da região. Sobre a participação e o itinerário formativo, Gramsci expressa o seguinte:

A educação do jovem é determinada por todo este complexo orgânico, pelo fato de que – ainda que só materialmente – ele percorreu todo aquele itinerário, com suas etapas, etc. Ele submerge na história, adquire uma intuição historicista do mundo e da vida, que se torna uma segunda natureza, quase uma espontaneidade, já que não é pedantemente inculcada pela “vontade” exteriormente educativa. (GRAMSCI, 1991, p.135).

Com todo o rol de ações desenvolvidas pelo CDVDH/CB e com o conjunto de entidades parceiras, todo esse esforço é capaz de mudar a realidade de muitos trabalhadores, consolidar entre a população da região a consciência da existência da prática do trabalho escravo, as maneiras como este ocorre, os órgãos do Estado que atuam no enfrentamento. Vale ressaltar os limites dessas iniciativas frente ao poder do capital representado pelos grandes projetos instalados na região da Amazônia Oriental. A esse respeito, Mézáros esclarece:

(...) as mudanças, sob tais limitações, apriorísticas e prejudgadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução. (MÉSZÁROS, 2006, p. 25)

Por mais que o CDVDH/CB tenha ações consistentes em prevenir e denunciar o trabalho escravo, essas iniciativas são limitadas, contribuem somando a luta de movimentos sociais e organizações de trabalhadores, porém, são incapazes de abalar as estruturas do modo de exploração capitalista na região.

Procurando compreender as ações educativas da organização em seus aspectos mais específicos, fizemos o seguinte questionamento: Durante esse

período, foram executados ou estão sendo executados projetos com caráter estritamente educativo?

Nós acreditamos que a maioria dos nossos projetos tem caráter educativo, principalmente os projetos voltados para as ações do eixo da prevenção. Então, em quase todos os nossos projetos estão contempladas ações educativas, tais como seminários, oficinas, rodas de conversas temáticas, ações socioculturais, caminhadas entre outros. Em 2016 destacamos os seguintes projetos como os que mais cumpriram o caráter educativo: Encontros Comunitários para o Combate ao Tráfico Humano (financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos); Ações Comunitárias para prevenção do Tráfico Humano (financiado pela Manos Unidas/Espanha); Construindo a Cidadania: Implementação de Ações de Combate ao Trabalho Escravo e Fortalecimento de Ações de Garantia de Direitos Humanos financiados pela SEDIHPOP/COETRAE; e em Açailândia (SEDIHPOP); Construindo a Cidadania com ações socioculturais para crianças e adolescentes, financiado (COMUCAA); e projeto Juventude Livre para Transformar (também financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos) que vai até julho de 2017 (Secretária Executiva, 2016).

A fala da Secretária Executiva expõe uma leitura do que apresentamos nessa pesquisa, o caráter educativo dos movimentos sociais se constitui pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelos movimentos sociais. Os membros do CDVDH/CB, mais do que reconhecer que existe uma forte presença do aspecto educativo em seus objetivos institucionais, reconhecem também que essas estão presentes nos diversos projetos executados. A luta por garantia de direitos se dá de diferentes formas, no âmbito jurídico, da prevenção, da capacitação profissional, da arte. Em todos eles, são possíveis que sejam desenvolvidas abordagens educativas. Essa prática política é constituidora de sujeitos históricos, conscientes e militantes. A esse respeito, “A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram” (GOHN, 2012, p.21). A agenda dos movimentos sociais, oferece um rico e significativo aprendizado para seus militantes.

5.2.1 As Parcerias

Na busca dos sujeitos, a parceria é imprescindível. Uma das características dos movimentos sociais em nossos dias é a atuação em rede. As ações em redes são fundamentais na contemporaneidade. As ações conjuntas, sejam elas em âmbito governamental e não governamental, são determinantes no planejamento, financiamento e efetivação de programas e projetos e ações públicas. A formação de parcerias contribui para o crescimento da participação cidadã.

A parceria proporciona ir além, torna-se imprescindível em um cenário de diversidade sociocultural. Proporciona ultrapassar fronteiras, conhecer outros públicos, articular ações em esfera global e local, compreendendo o pluralismo de percepções de mundo dentro de determinados limites éticos, culturais, políticos e religiosos, promovendo um diálogo de respeito às diferenças e a radicalização da democracia.

A concretização de parcerias é marca registrada do CDVDH/CB, aspecto esse percebido desde de sua fundação. Perguntamos à secretária executiva: Como acontecem as parcerias na execução dos projetos/atividades?

Inicialmente as parcerias e apoio financeiro se dava a partir de instituições e organizações estrangeira, a maioria ligadas de alguma forma à igreja católica. Com o passar dos anos estas parcerias foram se estendendo à organizações e instituições (em sua maioria ligadas ao Poder Público) brasileiras. Os recursos são captados sempre através da apresentação de projetos através de seleção publica (editais ou outras formas de escolha). O CDVDH/CB também recebe doações de forma direta, oriundas de pessoas e/ou grupos (anônimos ou não), em quantidades pequenas e de forma esporádica. Nos últimos anos iniciamos uma grande parceria com o Ministério Público do Trabalho (Maranhão, Pará, São Paulo e Mato Grosso), o qual tem fornecido materiais, bens e até recursos financeiros, o que permitiu a continuidade das ações do CDVDH/CB em momentos críticos onde tínhamos projetos (Secretária Executiva, 2016).

Além disso o CDVDH/CB consegue fazer uma boa articulação com outros movimentos e organizações sociais em nível local, regional, nacional e internacional, que gera um bom apoio na realização de suas ações, de forma direta e indireta. E ainda conta com um grande número de pessoas que atuam de forma voluntária em vários momentos das atividades da organização (Secretária Executiva, 2016).

O CDVDH/CB traz desde a sua fundação a parceria como marca. A articulação, financiamento e execução que, no início, era operacionalizada, principalmente, com outras organizações ligadas a igreja católica, destaque para Manos Unidas/Espanha, sindicatos, organizações de bairros e outras ONGs e movimentos sociais. Durante os anos seguintes, o Centro foi estreitando laços com outras organizações e com o poder público, concorrendo a editais principalmente de órgãos governamentais que atuam na área de direitos humanos. Essa parceria é de interesse do governo brasileiro na busca da efetivação da política pública, é o que nos afirma Gohn (1998, p.11).

[...] a maior parte dos movimentos sociais populares entram, nos anos 90, despreparados diante da nova conjuntura de políticas sociais estatais de parcerias entre o Estado e entidades da sociedade civil organizada [...]. O despreparo dos movimentos possibilitou que novas ONGs e outras entidades associativas do 'terceiro setor' ocupassem aqueles espaços."

Foi na década de 90, em meio a um contexto de acentuadas violações dos direitos humanos, que o Centro se consolidou. A instituição tem feito da parceria sua forte marca. Essa articulação proporcionou reconhecimento regional e nacional. Atualmente, o CDVDH/CB é referência entre as instituições que atuam no enfrentamento ao trabalho escravo.

Eu fui formada pelo Centro de Defesa como agente de cidadania para atuar nas comunidades, hoje eu estou cursando pedagogia. Teve um longo período na minha vida que eu não conhecia o Centro de Defesa, então através de igreja eu fui convidada a estar participando das formações. Esses encontros aconteciam na igreja católica. A intenção do Centro era fundar um núcleo aqui nessa parte do bairro que é a mais carente, de vinte pessoas. Eu fiquei responsável hoje pelo núcleo. É sempre persistindo e participando, fiquei como agente de cidadania aqui do bairro. Essa formação aconteceu entre os anos de 2006 e 2007 (Coordenadora de Núcleo, 2016).

A coordenadora do núcleo da Vila Ildemar em sua fala revela uma das marcas do CDVDH/CB, ela relata que conheceu o CDVDH/CB a partir da parceria deste com a igreja católica. Formar pessoas nos bairros foi uma estratégia desenvolvida pelo CDVDH/CB, atuar com educadores formados nas comunidades, na região onde esses vão atuar. Esses têm melhores condições de fazerem levantamentos dos problemas sociais da localidade e planejar projetos e ações de intervenção. Para Arroyo, essa relação do meio e a formação humana são intrínsecas: “[...] a formação humana é inseparável da produção humana mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte[...]” (ARROYO, 2003, p. 31).

5.2.2 Os Educadores

Os sujeitos estão presentes de forma categórica em nosso trabalho, sejam os trabalhadores aliciados, os assistidos pelo CDVDH/CB, militantes, funcionários, colaboradores e educadores populares. Quanto aos sujeitos que atuam no CDVDH/CB, são eles que articulam parcerias, pensam projetos, estratégias e fazem as ações educativas acontecerem. Pensando nas ações educativas, aqui, iremos discutir o sujeito educador-popular, suas vivências, formações e conhecimento da realidade na qual o mesmo está inserido.

O protagonismo dos sujeitos é fundamental durante o processo. Reconhecer-se corresponsável, segundo Freire (2003), acreditar e ter o diálogo como fio

condutor no processo de aprendizagem, troca de experiências e saberes, tornam o ensinar e o aprender significativo. Os educadores, na grande maioria, pertencem à realidade com a qual trabalham. Isso possibilita planejar projetos, ações e práticas educativas, que estejam condizentes com os sujeitos. A esse respeito, Gohn, descrevendo esse educador social, diz: “ele é um elemento estratégico nas ações coletivas da educação não formal. Sabemos que o meio onde se vive é sempre revestido de significados culturais” (GOHN, 2010, p.50). Pomos em relevo que conhecer as relações sociais, necessidades, linguagens e outras características que envolvem lugar de origem do trabalhador e suas famílias é importante para que uma ação possa ser compatível com o público alvo das ações educativas.

Durante a convivência no CDVDH/CB e no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, pudemos perceber o grau de envolvimento dos sujeitos que fazem a Instituição no seu dia a dia. Os objetivos de atuação, as lutas do Centro, estão inseridas nas realidades dos membros, sejam eles, educadores, coordenadores de projetos, gestores ou voluntários. No decorrer dessas vivências, os sujeitos adquirem um pertencimento. Os envolvidos no trabalho, seja no enfrentamento ao trabalho escravo, violência doméstica, exploração sexual de crianças e adolescentes, os sujeitos que atuam no Centro se reconhecem nas histórias de vida e relatos dos que estão próximos deles. Durante esse processo, a construção de uma identidade pessoal e coletiva acontece.

De acordo com Caldart (2004), o conceito de identidade é adquirido com ativez por educadores e educandos, pais e movimentos sociais. O respeito à diversidade deve ser fio condutor dessa formação. Em um processo rodeado de contradições, é preciso aprender a lidar com o coletivo e sua complexidade. A partir daí, com a formação político-pedagógica, alcança-se a tão almejada liberdade, que o lugar da garantia do direito seja realidade na vida dos trabalhadores.

Sobre essa identidade com as demandas e com o *ethos* institucional do Centro, foi apresentado a todos os entrevistados a seguinte pergunta: Como e em que momento começa sua atuação no CDVDH/CB? Segue as falas dos educadores.

Eu estou no Centro de Defesa há muitos anos. Desde a minha adolescência, eu era aluno, hoje eu sou instrutor, então, desde o momento que eu entrei no Centro, eu comecei a entender o que era a luta no Centro. Depois de muitas encontros e atividades eu passei a compreender a missão do Centro de defesa, era lutar junto. Lembro que me chamaram para ser aluno do teatro. Lá eu compreendi o Centro, a luta e os projetos, a partir daí eu me identifiquei, eu participei como aluno e hoje participo como instrutor (Educador Social I, 2016).

Eu comecei no Centro desde muito novo, na época era aluno, nas mesmas atividades culturais do Centro de Defesa que hoje faço parte, desde lá, pra cá, a gente tem um trabalho muito grande perante a comunidade e desde criança mesmo já trabalhava na luta de combate ao trabalho escravo, da pobreza, pelo negro, pelo fato de trabalhar com as crianças negras para se aceitarem como negros desde criança, ter sua autoestima elevada, estou no Centro até os meus dias atuais. Hoje eu com meus 29 anos ainda estou dentro do Centro de defesa trabalhando já na parte de frente, indo para as comunidades dar aula de dança para as crianças e para os adolescentes e dessa forma a receptividade das crianças e a vida cotidiana a gente acaba tendo essa possibilidade de pelo menos tentar modificar e mudar. Durante as aulas vamos falando de temas que tem a ver com a realidade deles. Eu sempre busquei meus objetivos desde a minha infância, no Centro. A gente aprender a se reconhecer como negro, como pessoa, como ser humano, então de acordo com essas vivências e com a ajuda do grupo de profissionais, eu estou ligado diretamente a ele. Esse grupo fez com que eu também não saísse do Centro. O trabalho todo se contempla nessas realidades, do mundo das crianças e eu acabo me identificando, porque eles passam o que eu já passei. (Educador Social II, 2016)

Diante das respostas dos entrevistados, podemos perceber a construção de uma educação em movimento. Essa categoria de educador social foi-se formando e agregando valores e significados da agenda do movimento social. Entender a missão institucional para esses educadores é imprescindível, olhar a problemática do trabalho escravo e qualquer outra violação de direitos humanos a partir de uma apreciação holística da conjuntura social. Diante desse pertencimento, envolto no trabalho, os educadores podem contribuir com mais propriedade durante as aulas com os educandos. Essa formação em movimento possibilitou a construção de educador especializado, embora tenha limites. A respeito dessa categorização desse intelectual orgânico, Gramsci afirma a seguir que: “Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”. (GRAMSCI, 1991, p.5).

Quanto ao educador social II, sobressai em sua fala que o mesmo tem clareza que conhecer a realidade, ter trajetórias de vida parecidas com os educandos é uma vantagem, aproxima e dá significado para o trabalho. Sobre essa inserção do educador social na vida comunitária, Gohn (2010, p.50) reflete e diz o seguinte: “[...] sabemos que o meio social onde se vive é sempre revestido de significados culturais. [...] participar não é só estar presente, comparecer, ser um número. Participar é um processo, ativo, interativo que se constrói.”

Sobre a seleção dos educadores e demais profissionais que executam os projetos no CDVDH/CB, fizemos a seguinte pergunta: Como acontecem as

contratações dos profissionais? A atuação em movimentos sociais e projetos sociais tem peso na seleção?

A contratação dos profissionais sempre acontece de acordo com a necessidade da Organização, seja por demandas voluntárias ou de projetos específicos e o processo é feito de forma coletiva. Uma vez divulgada as vagas (através de edital ou outras formas), recebe-se currículos dos candidatos, uma comissão escolhida em reunião da equipe executiva da qual também fazem parte os/as Secretários/as executivo/a e administrativo/a faz-se a análises dos currículos para a seleção. Pontos como a atuação em movimentos sociais, trabalho voluntário no CDVDH/CB e outras indicações relevantes no campo da defesa dos Direitos Humanos são sempre levados em consideração e normalmente são os elementos que tem mais peso na hora decisão. Assim pode acontecer de um bom currículo acadêmico não ser selecionada em virtude da escolha de um militante. Para o CDVDH/CB a militância é mais importante do que a formação acadêmica, respeitando é claro os limites das exigências legais de cada cargo/função. Por isso muitos dos técnicos contratados pelo Centro, como Assistente Social, Advogados e etc. foram formados com o apoio da ONG, para que fosse possível ter em nosso quadro técnicos militantes (Secretária Executiva, 2016).

A partir da resposta, é possível confirmar uma opção política de preferência pelo educador que apresentou uma trajetória de formação acadêmica articulada com uma vivência no movimento social, o pertencimento e identidade durante as ações educativas, seja no levantamento de demandas. O planejamento e execução das ações educativas, requer que os profissionais conheçam a realidade na qual estejam inseridos.

O CDVDH/CB realiza algo que é de comum entendimento de ONGs e movimentos sociais, nesse sentido, Gohn enfatiza que:

É interessante destacar que o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, em seu documento COB – Classificação Brasileira de Ocupações (2002) -, menciona no código 5.153, os trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco, e incluí os Educadores Sociais nesta categoria. Além de reconhecer a função, o referido código detalha suas atribuições, assinalando que “ o acesso a ocupação é livre, sem requisitos de escolaridade”. (GOHN, 2010, p. 54).

Importante enfatizar, o CDVDH/CB tem uma rede de voluntários das mais diversas áreas, muitas atividades são desenvolvidas por esses educadores sem vínculo contratual.

5.2.3 A Metodologia

O movimento social tem uma forma característica de executar seu trabalho. Para isso, desenvolve estratégias próprias para atingir seus objetivos, sempre tendo

como fundamento a realidade sociocultural na qual está inserido. O CDVDH/CB, ao longo desses 20 anos, vem consolidando um jeito de atuar. Importante frisar que esse modelo de trabalho, essa metodologia, não está alinhada com o que conhecemos por metodologia da academia. O movimento social desenvolve formas de alcançar seus objetivos a partir do aprimoramento de uma metodologia de trabalho. A esse respeito fizemos questionamentos à secretária executiva e o educador social II. Para a secretária executiva, fizemos a seguinte pergunta: Como acontece o levantamento de demandas? Qual a metodologia de atuação nos bairros?

Ao longo destes 20 anos de existência o Centro foi criando sua própria metodologia de trabalho que se concentra no combate ao Trabalho Escravo e outras violações de direitos Humanos atuando em três eixos: *Prevenção (atividades de formação cidadã, campanhas informativas, mobilizações sociais, realizações de seminários, oficinas e etc. além de outras atividades no campo da arte, cultura, comunicação e etc.), Repressão (atendimentos com recebimentos e encaminhamentos de denúncias, orientações, assistência, psicossocial e jurídica e etc.) e Inserção (apoio para inserção social e profissional das pessoas atendidas pelo CDVDH/CB, através do encaminhamento para programas de emprego e renda, educacionais, cursos profissionalizantes, capacitação profissional e etc.).*

O trabalho nos bairros se dá através de Centros Comunitários criados pelo Centro através de um processo de formação de agentes e cidadania. Este processo se dá num período de seis meses aproximadamente, onde pessoas do bairro participam de formações sobre relações interpessoais, cidadania, direitos humanos e mecanismos de acesso à justiça. Os participantes dessa formação fazem ainda um levantamento sobre as principais violações de direitos humanos nos bairros, como forma de verificar as demandas existentes para depois propor uma atuação. Depois desse processo estrutura-se um espaço e contrata-se uma das pessoas formadas nesse processo que passa a coordenar às atividades do CDVDH naquele Centro Comunitário o que acontece em conjunto com as demais equipes do Centro. Os Centros Comunitários funcionam com uma extensão do CDVDH nos bairros. Foi uma forma que encontramos de deixar o Centro mais próximo das pessoas que precisam de nossos serviços. Atualmente temos dois Centros Comunitários funcionando um na Vila Bom Jardim (criado em 2005) (Secretária Executiva, 2016).

Diante dos três eixos mobilizadores: prevenção, repressão e inserção, podemos perceber que as atividades educativas estão mais presentes em volta da prevenção e inserção. No que se refere a repressão, as ações estão relacionadas a assistência social e jurídica, além dos encaminhamentos feitos aos órgãos que coíbem a prática do trabalho escravo ou outras violações de direitos humanos. Em torno dos eixos de prevenção e inserção, deparamo-nos com elementos fundamentais para efetivação do que procuramos investigar, o caráter educativo do CDVDH/CB, aspectos da metodologia, das parcerias e de seus educadores revelam como acontecem as ações desenvolvidas pelas CDVDH/CB.

Outro traço relevante dessa metodologia é a maneira como o CDVDH/CB forma suas lideranças. Essas formações acontecem com as pessoas que residem na localidade, que conhecem as violações de direitos humanos existentes na localidade, com os núcleos de bairro, o CDVDH/CB fica mais acessível às comunidades e, além disso, pessoas conhecedoras da realidade local estão atuando nos núcleos.

Para o educador social, fizemos a seguinte pergunta: Como acontece o planejamento e a metodologia de trabalho do CDVDH/CB? Ela atende o público alvo?

Para planejar, sempre fazemos avaliações das atividades do Centro, temos uma data X no ano ou no mês, depende do projeto, ou quando algum profissional julgar necessário. Nas avaliações e no planejamento sempre nos baseamos nas vivências nos bairros. A gente se reúne todos os trabalhadores, as pessoas que frequentam o Centro, os que contribuem, para a gente fazer uma auto avaliação, todos juntos dizem o que faltou e o que podemos fazer para que os projetos aconteçam de forma melhor. Além das datas do planejamento e avaliação coletivo, todas as segundas-feiras as secretarias executivas de cada projeto se reúnem para estar avaliando determinadas temáticas, planejar atividades temáticas, geralmente quando chega próximo as datas especiais, de luta contra o trabalho escravo, contra o preconceito e homofobia. Um exemplo que a gente trabalha muito a dança afro. Dependendo das temáticas nós utilizamos isso para levar para sala de aula dentro dos núcleos e nas comunidades mais carentes de Açailândia. Na equipe que eu faço parte desenvolvemos as temáticas através da dança, do teatro e capoeira, levamos para as comunidades, e para as praças (Educador Social II, 2016).

Perante a fala do educador social, é perceptível que o Centro valoriza a participação de educadores e coordenadores. O planejamento está concatenado com a avaliação, é possível perceber uma descentralização na gestão de cada projeto. Esses têm seus secretários executivos, a autonomia garante que cada secretário se reúna com suas equipes e façam seus planejamentos e avaliações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de construção deste trabalho, acompanhamos mudanças nas políticas sociais, econômicas e na gestão do Estado brasileiro. Essas transformações tiveram reflexos consideráveis nas políticas educacionais. Em âmbito educacional, as de maior impacto foram a Medida Provisória que reformula o ensino médio (MP 746/2016) e a proposta de emenda constitucional que congela os gastos e investimentos públicos por 20 anos (PEC 55/2016). De um lado, teremos uma reforma no ensino médio que restringe um rol de disciplinas na área de humanas, dentre elas filosofia e sociologia. Diante disso, construindo uma educação mais pragmática, oferecendo um curso profissionalizante no ensino médio de baixa empregabilidade principalmente para os alunos da classe trabalhadora. A escola pública ficará sem capacidade de investimento, pois estará limitada pela Emenda Constitucional 95/2016 com o objetivo de limitar despesas com saúde, educação, assistência social e previdência pelos próximos 20 anos.

Configura-se um possível contexto de esvaziamento das disciplinas de humanas na matriz curricular, componentes curriculares como história, filosofia e sociologia, que trazem à baila temas sociais, dos direitos humanos, diversidades, e consequentemente o do trabalho escravo contemporâneo. Discussões regionais serão desprezados, salvo os alunos que optarem pela área de ciências humanas e sociais aplicadas. Os que optarem por outras áreas como ciências da natureza e formação técnica e profissional, esses ficarão fora de uma formação mais humanizada da sociedade.

Diante de uma realidade em que a escola se distancia mais ainda de temas que abordam os problemas sociais e os de caráter local, resta aos movimentos sociais aprimorarem suas ações e ocupar as lacunas deixadas pela escola, além de ir em outros lugares onde escola não está.

Falamos de aperfeiçoar o aspecto educacional dos movimentos sociais. Importante frisar que essa relação já existe desde o período da ditadura militar no Brasil. Paulo Freire, começa a falar de um método e de uma educação pensada para a classe trabalhadora, sendo incorporada largamente pelos coletivos populares da época.

A proposta do presente trabalho de dissertação foi conhecer o caráter educativo das ações do CDVDH/CB no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo na cidade de Açailândia-MA. Certamente, uma de tantas outras experiências vivenciadas por inúmeras organizações. Embora o Centro tenha atuação em outras cidades da região, o espaço de estudo foram as ações desenvolvidas na cidade de Açailândia – MA. Procuramos conhecer o caráter educativo do CDVDH/CB presente em suas ações, no enfrentamento ao trabalho escravo. Para desenvolver esse objetivo, buscou-se conhecer a problemática central enfrentada pela organização, que é o combate ao trabalho escravo contemporâneo, discutimos a Amazônia Oriental, estudamos o processo de ocupação que teve na economia mineradora sua grande impulsionadora, discutimos a precarização do trabalho, seja na atividade econômica alinhada aos grandes projetos, ou atividades secundárias. Procuramos traçar o perfil do trabalhador vítima do trabalho escravo, além do público alvo das ações educativas, seja nas dependências do Centro ou nos diversos espaço onde a organização desenvolve suas parcerias.

A pesquisa nos possibilitou conhecer o quanto é rica a educação, os fazeres e significados que são gestados nas atividades que compõem a pauta política pertencente ao CDVDH/CB. Só na área do enfrentamento ao trabalho escravo, o CDVDH/CB vem se juntar com outras tantas instituições, dentre elas, podemos citar a Pastoral da Terra e a ONG Repórter Brasil. Esta última, com uma vasta experiência em campanhas educativas, com destaque em nível nacional, firmando parcerias com outras ONGs e com o poder público, dentre eles, o Estado do Maranhão e Pará.

Para conhecer o caráter educativo do CDVDH/CB, estivemos norteados pelos seguintes objetivos: a) verificar como ocorrem as parcerias com outras instituições para o desenvolvimento das ações educacionais de enfrentamento ao trabalho escravo; b) avaliar como acontece a formação dos educadores e lideranças que atuam no CDVDH/CB c) compreender a metodologia do CDVDH/CB a partir de suas ações.

Acompanhamos o surgimento de uma diversidade de organizações e movimentos sociais no campo e na cidade. Essas ONGs constroem suas pautas, travam uma luta política com os governos por efetivação de políticas públicas que contemplem mulheres, negros, índios, deficientes, sem terras, sem teto, dentre outros segmentos sociais que trazem suas demandas sociais para a agenda política

da sociedade. Nessa vivência política, é construída uma articulação, metodologia e saberes. Em consequência, muitos sujeitos constroem uma identidade em comunhão com essas organizações.

Durante o estudo foi possível perceber o grau de envolvimento dos sujeitos que fazem o CDVDH/CB. Na relação movimento social e educação, pensam-se os públicos assistidos pelas ações educativas, os parceiros, os ambientes, as metodologias e estratégias para chegar até os objetivos. As particularidades têm uma notória ênfase, cada atividade é planejada de acordo com o público alvo das ações.

Diferente do que é visto em outros movimentos sociais e organizações, podemos perceber uma vivência institucional, uma identidade que foi construída na história da organização. Os educadores e demais profissionais que atuam no CDVDH/CB acreditam que um outro mundo é possível, lutam pela autoestima dos jovens e trabalhadores. Alertar sobre o trabalho escravo é pouco, é preciso questionar a sociedade que escraviza, os homens que escravizam, o sistema que permite e que precisa explorar ao extremo o trabalhador.

Ao iniciar esse trabalho, dentre os objetivos, havia um que buscava investigar e, conseqüentemente, mensurar o grau de eficiência das ações educativas do CDVDH/CB. Acreditávamos que seria possível. No desenvolvimento da pesquisa percebemos que as ações educativas não seriam facilmente medidas. Durante o estudo, percebemos que a educação promovida pelos movimentos sociais não traz um resultado imediato e objetivo. O que marca essa educação são aspectos fundantes. E dentre eles destacamos: sujeitos, lugar, material, parcerias e metodologia. Durante os 20 anos de atuação do CDVDH/CB, é possível afirmar que o Centro enfrentou, encaminhou para Delegacia, Ministério do trabalho, fez campanhas educativas, peças teatrais, projetos de geração de renda em comunidades periféricas, produziu matérias, livros, cartilhas, documentários, alertou a sociedade para o mal do trabalho escravo presente em Açailândia e região, denunciou e apresentou a forma como atuam os “gatos” e os fazendeiros e carvoeiros da região. Para chegar até a população, o CDVDH/CB construiu um jeito próprio de atuar e certamente a educação foi e contínua, sendo uma grande aliada.

O primeiro objetivo do trabalho foi conhecer as ações educativas desenvolvidas pelo CDVDH/CB. Ao nos depararmos com a memória da organização, conversas, entrevistas, acervo iconográfico, participação em eventos e

bibliografia consultada sobre a educação do movimento do social e do CDVDH/CB, percebemos que o educar é uma das marcas fortes da organização. É impossível enfrentar o trabalho escravo sem discutir o conceito, sem apresentar os meios que os patrões usam para aliciar e enganar os trabalhadores, levando em consideração o nível de escolaridade baixo dos acometidos por essa forma de exploração. A prática de realizar oficinas, rodas de conversas, exibição de documentários, confecção de cartilhas, palestras sobre o tema é uma constante na organização. Podemos afirmar que as ações educativas estão presentes no CDVDH/CB e essas têm um lugar privilegiado na instituição.

Quanto ao segundo objetivo, o estudo da bibliografia de referência e as leituras prévias sobre a articulação institucional do CDVDH/CB nos fez perguntar como acontecem as parcerias na efetivação de suas atividades, com ênfase para a execução das atividades educativas. Ainda, durante o levantamento histórico da instituição, percebemos que o CDVDH/CB foi criado por um conjunto de organizações da sociedade civil que entendiam que era necessária uma organização para enfrentar as inúmeras violações aos direitos humanos presentes na cidade de Açailândia. As entrevistas e o levantamento documental deixam claro que as parcerias, seja com o poder público, seja com a sociedade civil brasileira e estrangeira são fundamentais e percorrerem todo o processo de trabalho da instituição, do financiamento, do planejamento à execução dos projetos e atividades. Em um possível contexto de esvaziamento por parte dos governos de uma política de fomento a programas e projetos que apoiem projetos sociais e de direitos humanos, certamente o CDVDH/CB terá que repensar suas estratégias de gestão para manter suas atividades.

O terceiro e último objetivo trata sobre a metodologia desenvolvida pelo CDVDH/CB. Uma das características do movimento social é desenvolver uma forma própria de trabalho. No caso do CDVDH/CB, esse jeito de atuar tem garantido o sucesso da organização. A inserção social dos sujeitos que fundaram e atuam na instituição durante os 20 anos de sua história é fundamental para se pensar projetos e atividades. Observam-se alguns aspectos marcantes nessa metodologia, o planejamento coletivo e autonomia dada para cada um dos coordenadores gerirem com suas equipes os projetos, a formação de lideranças de bairros para atuarem nos núcleos, elaboração de material didático, oficinas, peças teatrais que contemplem o grau de formação dos mais diversos públicos. Portanto, conhecer a

realidade dos educandos e demais sujeitos que são atendidos pelo CDVDH/CB e desenvolver estratégias de trabalho compatíveis com esse contexto, entendemos como basilar para uma eficiente execução do trabalho.

O estudo possibilitou trazer à baila alguns aspectos decisivos das ações e experiências educativas desenvolvidas pelo CDVDH/CB. Dialogamos entre dois universos, o que estão envoltos o trabalho escravo contemporâneo e a educação promovida pelas diversas organizações da sociedade civil. Diante da pesquisa, podemos confirmar a necessidade e riqueza das experiências educacionais promovidas pelo CDVDH/CB, compreendemos que em alguns espaços o movimento social precisa chegar para acontecer de fato uma educação que seja compreendida pelos sujeitos.

A partir do trabalho, foi possível compreender o desafio dos movimentos sociais no atual contexto no qual passa o país, os coletivos populares necessitam discutir suas realidades, propor ações educativas, precisam ter clareza que a escola ainda não tem propostas que contemplem as diversas realidades, pelo contrário, no atual contexto vive-se uma realidade de aprofundamento no pragmatismo que prioriza o mundo de trabalho em detrimento das pessoas. A academia precisa estar atenta à educação que acontece nesses espaços, é indispensável compreender que, nos movimentos sociais, educação não se leva, educação se constrói. Atuando como pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão -IFMA, acredito que me encontro em melhores condições de contribuir na proposição de uma educação para os movimentos sociais e povos tradicionais.

O espaço onde aconteceu a pesquisa está marcado pelas grandes contradições que são características fundantes do modelo de desenvolvimento capitalista para as periferias. Movidos por uma prática social transformadora, os sujeitos que fazem o CDVDH/CB têm a clareza dos limites da instituição frente ao poder do capital. Por outro lado, realizam uma luta contínua, com a certeza de que o motor da história não pode parar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

BECKER, Bertha K. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Ática, 1990.

_____, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Portal Brasil. Meio Ambiente. **Conheça os Biomas Brasileiros**, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2009/10/biomas-brasileiros>> Acesso em: 09 jun. 2016.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRETON, Le Binka, **Vidas roubadas: A Escravidão Moderna na Amazônia brasileira**. São Paulo: Loyola. 2002

BUFFA, Ester et al. **Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão?**. São Paulo: Cortez, 2010.

CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel Gonzáles & MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. RJ: Vozes, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARNEIRO, Marcelo S. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: CASTRO, E. et al. (Org.) **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989. p.151-192.

_____, Marcelo S. **Terra, Trabalho e Poder: Conflitos e lutas sociais no Maranhão Contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS DE AÇAILÂNDIA. **Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Estado do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Campanha da CPT contra o trabalho escravo. Estatísticas em 31/12/2011**. Araguaína: Comissão Pastoral da Terra, 2011. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/relatoriocpt2011.pdf>

COTA, Raymundo Garcia. Carajás: **A Invasão Desarmada**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz: Ética Editora, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Historia Oral: velhas questões, novos desafios. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando Fora da Própria Sombra: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution? Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.

GOHN, Maria da Glória, **Educação Não Formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Maria da Glória, **Educação Não Formal e o Educador Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Maria da Glória, **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.58, São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – GEPTec – UFRJ. **Trabalhadores e Gatos**. Rio de Janeiro: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2008.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1968**. São Paulo. Civilização Brasileira, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARANHÃO. **Governo capacita técnicos da educação para enfrentamento ao trabalho escravo no Maranhão**. Em: <http://www.ma.gov.br/governo-capacita-tecnicos-da-educacao-para-enfrentamento-ao-trabalho-escravo/> Acesso em: 07 de agosto de 2016.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1973.

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: Comissão Pastoral da Terra. **Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____, José de Sousa. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2ª. Edição. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural. Livro I, Tomo I, 1985.

_____. Karl; ENGELS, FRIEDRICH. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATHIS, Armim. Papers do NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Nº 050, **Serra Pelada**, UFPA, 1995.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília, DF: ILO, 2010. 1 v.

_____. **Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil**. Brasília, DF: OIT, 2010. 1 v.

_____. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. Brasília, DF: OIT, 2006.

_____. **Trabalho Escravo no Brasil XXI**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007. Disponível em: <www.OITbrasil.org.br>. Acesso em: 07 mai. 2016.

ONG REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar!** Como abordar o tema do trabalho escravo na sala de aula e na comunidade. São Paulo, 2007.

PICOLE, Fiorelo. **O Capital e a Devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia Sangrada: (De FHC a Lula)**. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2008.

PLASSAT, Xavier. **Vidas Roubadas: trabalho escravo no Brasil de hoje**. In.: DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2002. São Paulo: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em Parceria com Global Exchange, 2002.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

PRADO, Adonia Antunes. Campanhas educativas no combate e prevenção ao trabalho escravo no Brasil: primeiras aproximações. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. (Org.) **Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

RAMALHO, José Ricardo; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. (Org.) **Ações Coletivas em Complexo Mínero-metalúrgico: Experiências na Amazônia e o Sudeste brasileiro**. São Luís: EDUFMA, 2015.

REIS, Walison Silva; SOUSA, Jailson de Macedo. **Grandes projetos econômicos e reestruturação do espaço urbano–regional da Amazônia oriental: uma análise a partir da atividade siderúrgica no município de Açailândia**. Revista GeoAmazônia, Belém, n. 2, v. 01, p. 01 - 16, jan./jun. 2014.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

SAKAMOTO, Leonardo (Coord.) **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2006.

_____, Leonardo. **Os Acionistas da casa-grande. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Tese de doutoramento. São Paulo, FFLCH – USP, 2007.

SANTOS, Raimundo. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para a Cultura extrativista no Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2011.

SILVA, Fabricia Carvalho; ZAPAROLI, Witembergue Gomes (orgs) **Trabalho Escravo Contemporâneo: Reflexões e Militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmem Bascarán**. Imperatriz: ETHOS, 2015.

SILVA, Fabricia Carvalho. **O enfrentamento ao Trabalho Escravo na Amazônia Maranhense: Uma análise da atuação do CDVDH/CB no município de Açailândia/MA**. 2013. 100f. (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2013.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/08/82-dos-trabalhadores-em-situacao-analog-a-escravidao-sao-terceirizados-4491.html>. Acesso em: 08 de mai. 2016.

TEIXEIRA, Natalia Mendes. **Imperatriz “A Terra da Pistolagem”** Assassinatos, memórias, fatos, representações e lógicas sociais. Imperatriz: Ética, 2016.

THÉRY, Hervé et al. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009. Disponível em: <http://amazonia.org.br/wpcontent/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>

TRABALHO ESCRAVO NEM PENSAR!. **Trabalho Escravo Contemporâneo 20 anos de combate [1995 - 2015]**. São Paulo: Gabi Juns, 2015.

TRIVIÑUS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CDVDH/CB

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1.1 NOME:

1.2 FORMAÇÃO:

1.3 TEMPO QUE ATUA NO CDVDH/CB:

2. ATUAÇÃO DO CDVDH/CB NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA/MA

3 Em que contexto foi criado o CDVDH/CB, existia um foco específico no que refere-se a violação dos direitos humanos?

4. Como acontecem as parcerias na execução dos projetos/atividades?

5. Como é formada a equipe de profissionais de CDVDH/CB?

6. Como acontecem as contratações dos profissionais? A atuação em movimentos sociais e projetos sociais tem peso na seleção?

7. Como acontece o levantamento de demandas? Qual a metodologia de atuação nos bairros?

8. Está presente no Estatuto do CDVDH/CB a presença da educação/campanhas educativas, como vem acontecendo essas contribuições dos aspectos educativos no CDVDH/CB?

9. Durante esse período, foram executados ou estão sendo executados projetos com caráter estritamente educativo?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EDUCADORES

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1.1 NOME:

1.2 IDADE:

1.3 FORMAÇÃO:

1.4 TEMPO QUE ATUA NO CDVDH/CB:

2. Como e em que momento começa sua atuação no CDVDH/CB?

3. Como acontece o planejamento e a metodologia de trabalho do CDVDH/CB, ela atende o público alvo?

4. Na sua vivência, nessa relação de educar sujeitos que estejam em situação de fragilidade, o que te chama mais atenção?

5. Durante o processo educativo, aulas, vivências, ações coletivas e outras atividades é possível contribuir para o enfrentamento da vulnerabilidade social?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA DE NÚCLEO

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1.1 NOME:

1.2 IDADE:

1.3 ESCOLARIDADE:

2. Como e em que momento você passa a conhecer do CDVDH/CB?

3. Existem diferenças nas atividades desenvolvidas aqui no bairro? (Caso sim), quais?

4. Durante a execução dos projetos são desenvolvidas ações educativas, tipo: orientações, rodas de conversas e palestras?

5. Como você avalia o trabalho do CDVDH/CB? Você acredita que as pessoas se tornam menos vulneráveis, ou seja, mais empoderadas?